

*República Federativa do Brasil*  
**ESTADO DO PARÁ**

# DIÁRIO OFICIAL

ANO LXXIX — 80ª DA REPÚBLICA — Nº 21.875

BELÉM — QUINTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1970

GOVERNADOR DO ESTADO — Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES  
VICE-GOVERNADOR — Dr. JOÃO RENATO FRANCO

LEIA  
NESTA  
EDIÇÃO

DECRETO-LEI N. 1.124  
Do Governo Federal

— X —  
DECRETOS  
Do Governo do Estado

— X —  
PORTARIAS  
Da Secretaria de Estado  
da Fazenda

— X —  
HOMOLOGAÇÕES  
DE SENTENÇA  
Da Secretaria de Estado  
de Agricultura

— X —  
CONTRATO DE LOCAÇÃO  
Da Companhia de Erradi-  
cação da Malária

— X —  
ATA DE ASSEMBLEIA  
GERAL EXTRAOR-  
DINÁRIA  
Da Cia. Agro-Pastoril  
Souza Lemos —  
Agropastor S/A.

— X —  
EDITAIS  
Da Delegacia do Serviço do  
Patrimônio da União  
no Pará  
Da Comarca de Abaetetuba  
Da Comarca da Capital

## SECRETARIADO

Chefe do Gabinete Civil — Sr. ALDO BERNAL DE ALMEIDA

Chefe do Gabinete Militar — Ten. Cel. WALTER SILVA

Secretário de Estado de Governo — Sr. GEORGENOR DE SOUSA FRANCO

Resp. pela Secretaria de Estado do Interior e Justiça — Dr. SALVADOR RANGEL DE BORBOREMA

Secretário de Estado da Fazenda — General R-1 RUBENS LUZIO VAZ

Secretário de Estado da Viação e Obras Públicas — Eng. JOSÉ MARIA DE AZEVEDO BARBOSA

Secretário de Estado de Saúde Pública — Dr. ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA

Secretário de Estado de Educação — Dr. ACY DE JESUS NEVES DE BARROS PEREIRA

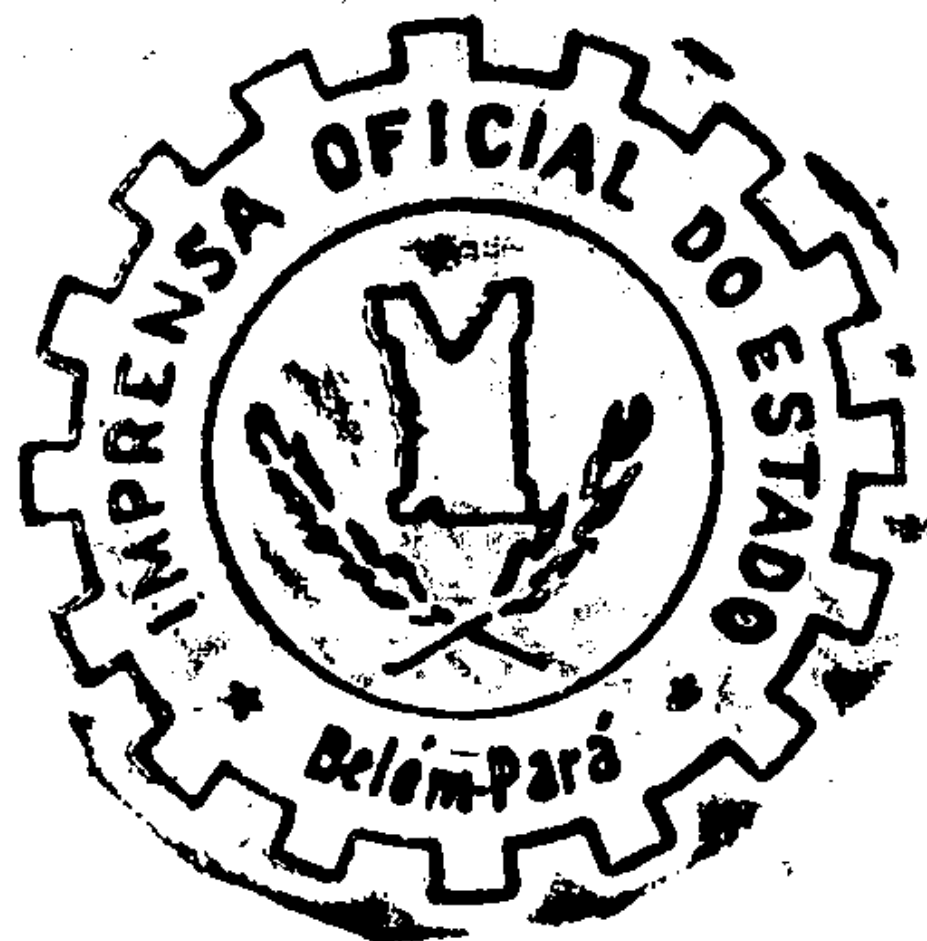
Secretário de Estado de Agricultura — Eng. Agr.º LAUDE- LINO PINTO SOARES

Secretário de Estado de Segurança Pública — Major R-1 AN- TONIO CALVIS MOREIRA

Procurador Geral do Estado — Des. MOACIR GUIMARAES MORAIS

Departamento do Serviço Público — Sr. JOSÉ NOGUEIRA SOBRINHO





**Diretoria, Administração, Redação e Oficinas:**  
Av. Almirante Barroso, n. 735 — Fone: 9998  
Belém-Pará

**Diretor Geral:**  
**Dr. FERNANDO FARIAS PINTO**

**Redator-Chefe:**  
**Prof.<sup>a</sup> EUNICE FAVACHO DE ARAUJO**

#### TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICAÇÕES

| Assinaturas                 | Cr\$  | Venda de Diários                     | Cr\$   |
|-----------------------------|-------|--------------------------------------|--------|
| Número avulso               | 0,35  | Número atrasado ao ano, aumento      | 0,10   |
| NA CAPITAL:                 |       | Publicações                          |        |
| Annual                      | 75,00 | Página comum-cada centímetro         | 2,50   |
| Semestral                   | 37,50 | Página de Contabilidade - preço fixo | 300,00 |
| OUTROS ESTADOS E MUNICIPIOS |       |                                      |        |
| Semestral                   | 42,50 |                                      |        |
| Annual                      | 85,00 |                                      |        |

As Repartições públicas devem remeter a matéria destinada à publicação no horário das 07,30 às 12,30 horas, diariamente, excetuando os sábados.

As reclamações nos casos de erros ou omissões, devem ser formuladas através de petição ou ofício, diretamente ao Gabinete do Diretor, no máximo 24 horas após a circulação do Diário, na Capital e 8 dias no Interior e outros Estados.

As publicações grátis e pagas só serão recebidas se estiverem acompanhadas de ofício ou memorando da parte interessada.

As assinaturas, tanto da Capital como do Interior ou outros Estados, serão aceitas em qualquer época e as vencidas e não renovadas deixarão de ser remetidas automaticamente.

Os pagamentos de Publicações e assinaturas deverão ser, feitos preferencialmente em cheque nominal para IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO.

Os funcionários públicos estaduais, terão uma redução de 50% na assinatura anual do Diário Oficial.

## Governo Federal PODER EXECUTIVO

**DECRETO-LEI N. 1.124 —  
DE 8 DE SETEMBRO  
DE 1970**

Permite deduções do imposto de renda das pessoas jurídicas para fins de alfabetização, nos exercícios de 1971 a 1973 inclusive.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe

confere o artigo 55, inciso II, da Constituição, decreta:

Art. 1º — Nos exercícios financeiros de 1971 a 1973, inclusive, as pessoas jurídicas poderão deduzir do imposto de renda devido, as quantias destinadas à aplicação nos programas de alfabetização aprovados pela Fundação

**MOBRAL — Movimento Brasileiro de Alfabetização** — de acordo com os critérios que forem fixados, conjuntamente, pelos Ministros da Educação e Cultura e Fazenda.

Art. 2º — As deduções do imposto de renda devido poderão ser realizadas, sem prejuízo dos incentivos já em vigor, através de uma das seguintes modalidades:

I — Dedução das quantias que tiverem doado à Fundação MOBRAL no ano-base, no valor mínimo de 1% (um por cento) e máximo de 2% (dois por cento) do imposto de renda recolhido no próprio ano-base.

II — Indicação na declaração de rendimentos das importâncias que serão recolhidas à ordem da Fundação MOBRAL para aplicação em projetos específicos de alfabetização, até o limite de 1% (um por cento) do imposto de renda devido.

Art. 3º — As quantias deduzidas na forma do artigo 2º, inciso II, deste Decreto-lei deverão ser recolhidas, antecipadamente, ou no mesmo prazo das cotas do imposto de renda, ao Banco do Brasil S. A., ou a estabelecimentos por ele autorizados, à ordem da Fundação MOBRAL;

Parágrafo único O atraso no recolhimento das deduções

de que trata este artigo ficará sujeito às mesmas penalidades e correção monetária devidas, em situação idêntica, relativamente ao imposto de renda, as quais constituirão receita da Fazenda Nacional.

Art. 4º — Os estabelecimentos particulares de ensino, devidamente registrados no Ministério da Educação e Cultura e credenciados pela Fundação MOBRAL, que mantiverem curso gratuito de alfabetização em convênio ou não, com essa entidade, poderão receber doações de pessoas físicas ou jurídicas.

Parágrafo único. As quantias recebidas em doação ou originadas de convênios mantidos com a Fundação MOBRAL, poderão ser excluídas da receita bruta operacional dos estabelecimentos para efeito de apuração do lucro tributável.

Art. 5º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 8 de setembro de 1970; 149º da Independência e 82º da República

**EMÍLIO G. MÉDICI**  
**Antonio Delfim Netto**  
**Jarbas G. Passarinho**

Publicado no "D.O." da União, N. 169, de 9/9/70.

## Governo do Estado do Pará PODER EXECUTIVO

**SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA**  
**DECRETO DE 23 DE SETEMBRO DE 1970**

O Governador do Estado: resolve nomear, de acordo com o disposto no artigo 121 da Lei n. 3.653, de 27 de janeiro de 1966 (Código Judiciário do Estado) e na forma do parágrafo único, do artigo 4º do Ato Institucional n. 11, de 14 de agosto de 1969, Luis Inocêncio de Brito, para exercer, pelo prazo de três (3) anos, as funções de 1º Substituto de Pretor em Bonito, sede do Município do mesmo nome, termo judiciário da Comarca de São Miguel do Guamá.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de setembro de 1970.

Ten. Cel. **ALACID DA SILVA NUNES**

Governador do Estado  
**Dr. Salva-or Rangel de Borborema**

Respondendo pelo Excmo. Senhor da Secretaria de Estado do Interior e Justiça.

**SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO**  
**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967,



resolve conceder, de acordo com o art. 111, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria Rita Campos de Souza, ocupante do cargo de Professor Primário, Nível EP 3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. José Veríssimo — Belém), dois (2) anos de licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**  
Secretário de Estado de Governo

**Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira**  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13963)

#### DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 111, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria Quitéria Rocha Silva, ocupante do cargo de Assistente Social, Nível 24, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária, um (1) ano, em prorrogação de licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**  
Secretário de Estado de Governo

**Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira**  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13964)

#### DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

Resolve conceder, de acordo com o art. 111, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria Isolina Ribeiro de Barros, ocupante do cargo de

Professor Primário, Nível EP 3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Rui Barbosa), dois (2) anos de licença sem vencimentos para tratar de interesses particulares.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**  
Secretário de Estado de Governo

**Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira**  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13965)

#### DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 116, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria Floripes Teixeira de Souza, ocupante do cargo de Servente, Nível 1, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Inglês de Sousa — Mosqueiro), seis (6) meses de licença especial correspondente ao decênio de 31.5.60 a 31.5.70.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**  
Secretário de Estado de Governo

**Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira**  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13966)

#### DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 116, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria do Socorro Costa, Diarista com estabilidade do Colégio Estadual Antônio Lemos, seis (6) meses de licença especial correspondente ao decênio de 7.2.58 a 7.2.68.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**  
Secretário de Estado de Governo

**Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira**  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13967)

#### DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Noélia Lopes Riker, Diarista da Secretaria de Estado de Educação (G. E. Gonçalves Dias — Santarém), 90 dias de licença repouso a contar de 15 de julho a 12 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**  
Secretário de Estado de Governo

**Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira**  
Secretário de Estado de Educação

#### DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Raimunda Soares da Silva, ocupante do cargo de Professor não-titulado, Nível EP 1, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Cmte. Castilhos França — Vigia), 90 dias de licença repouso a contar de 1º de agosto a 29 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**  
Secretário de Estado de Governo

**Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira**  
Secretário de Estado de Educação

#### DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Raimunda Nonata Rodrigues, ocupante do cargo de Professor não-titulado, Nível EP 1, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (E. R. São Joaquim de Itaquara — Barão), 90 dias de licença repouso a contar de 1 de agosto a 29 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**  
Secretário de Estado de Governo

**Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira**  
Secretário de Estado de Educação

#### DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 107, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Raimunda Nonata da Rocha Marques, ocupante do cargo de Professor Regente, Nível EP 2, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Padre Anchieta — Ananindeua), 90 dias de licença repouso, a contar de 15 de agosto a 12 de novembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**  
Secretário de Estado de Governo

**Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira**  
Secretário de Estado de Educação



**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, a Maria da Conceição Lacerda, ocupante do cargo de Professor não titulado, Nível EP 1, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (E. P. José Amâncio — Sta. Izabel do Pará), 40 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 29 de julho a 6 de setembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13952)

**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, a Maria Carvalho Farias de Moura, ocupante do cargo de Professor não titulado, Nível EP 1, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (E. I. Menino Deus — S. Miguel do Guamá), 30 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação a contar de 1 a 30 de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira  
Secretário de Estado de Educação

(G. — Reg. n. 13953)

**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria das Graças Guimarães Pimenta, ocupante do cargo de Professor Primário, Nível EP 3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Arthur Porto), 30 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 3 de agosto a 1 de setembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13954)

**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria José Cardoso, Diarista da Secretaria de Estado de Educação, 60 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 20 de abril a 18 de junho do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13955)

**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749 de 24 de dezembro de 1953, a Maria de Nazaré Chagas de Oliveira, ocupante do cargo de Servente, Nível 1, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Santos Dumont), 30 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 3 de agosto a 1 de setembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13956)

**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria de Nazaré Solano da Costa, ocupante do cargo de Professor Primário, Nível EP 3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (E.P.N.S. da Conceição — Abaetetuba), 90 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 3 de agosto a 31 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13957)

**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749,

de 24 de dezembro de 1953, a Maria Ortência dos Santos Guimarães, ocupante do cargo de Professor não titulado, Nível EP 1, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (E. R. Antonio R. Teixeira — Muaná), 60 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação a contar de 10 de junho a 8 de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13958)

**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Maria Ricardina Flambot da Cruz e Fonseca, ocupante do cargo de Professor Primário, Nível EP 3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Conego Leitão), 33 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 28 de julho a 26 de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira  
Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13959)

**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749,



de 24 de dezembro de 1953, a Maria dos Santos Lima, ocupante do cargo de Servente, Nível 1, do Quadro Permanente, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Dr. Mário Chermont), 40 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação a contar de 9 de julho a 17 de agosto do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 14 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13960)

**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Mary Brito Melul, ocupante do cargo de Professor não titulado, Nível EP-1, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (E. São José Operário — São Miguel do Guamá), 90 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 27 de julho a 24 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado  
(G. — Reg. n. 13961)

**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 103, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, Lidia de Souza Amaral, ocupante do cargo de Servente,

lotado no Colégio Estadual Augusto Meira, 90 dias de licença para tratamento de saúde, em prorrogação a contar de 20 de julho a 17 de outubro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13922)

**DECRETO DE 8 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado de Governo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto n. 5.600, de 24 de julho de 1967:

resolve conceder, de acordo com o art. 98, da Lei n. 749, de 24 de dezembro de 1953, a Laura Maria Pontes Guimarães, ocupante do cargo de Professor Primário, Nível EP 3, do Quadro Especial do Magistério, lotado no Departamento de Educação Primária (G. E. Vilhena Alves), 30 dias de licença para tratamento de saúde a contar de 11 de agosto a 9 de setembro do corrente ano.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 8 de setembro de 1970.

**GEORGENOR DE SOUSA FRANCO**

Secretário de Estado de Governo

Dr. Acy de Jesus Neves de Barros Pereira

Secretário de Estado de Educação  
(G. — Reg. n. 13923)

## SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

**GABINETE DO SECRETÁRIO PORTARIA N. 181, DE 4 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**RESOLVE:**

Dispensar, a pedido, a diarista Maria das Graças da Silva Neves, ocupante da função de Escriturário REF III, da Tabela Numérica do Departamento de Despesa e admitida pela Portaria n. 130 de 17.06.1970 desta Secretaria.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda, em 4 de setembro de 1970.

(a) Gen. R-1 RUBENS LUZIO VAZ — Secretário de Estado da Fazenda  
(G. Reg. n. 14.172)

**PORTARIA N. 182, DE 10 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas, por lei,

**RESOLVE:**

Atribuir ao funcionário Airton Alirio Alves Monteiro, As-

essor de Assuntos Contábeis da Divisão de Coordenação Fazendária desta Secretaria, a gratificação especial de Cr\$ 210,00 (duzentos e dez cruzeiros), conforme Decreto número 7187 de 9 de setembro de 1970.

Os efeitos financeiros desta Portaria vigorarão a contar do dia 14 de agosto de 1970.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda, em 10 de setembro de 1970.

(a) Major R-1 MIGUEL ARCHANJO ALMEIDA CAMPOS — Resp. p/ Secretaria de Estado da Fazenda  
(G. Reg. n. 14.173)

**PORTARIA N. 183, DE 19 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista a necessidade do serviço,

**RESOLVE:**

Passar a disposição do Departamento de despesa desta Secretaria, o funcionário Airton Alirio Alves Monteiro Assessor de Assuntos Contábeis da Coordenação de Divisão

Fazendária, a contar do dia 21 de agosto do corrente ano.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda, em 10 de setembro de 1970.

(a) Major R-1 MIGUEL A. ALMEIDA CAMPOS — Resp. p/ Secretaria de Estado da Fazenda

(G. Reg. n. 14.174)

**PORTARIA N. 184, DE 10 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

**RESOLVE:**

Autorizar ao senhor Diretor do Departamento de Exatarias do Interior, a fazer desconto em folha de pagamento, dos servidores lotados nesse Departamento de quantia correspondente ao prêmio do seguro fidelidade de cada um desses servidores, pagos a Federal Seguros S.A. por esta Secretaria de Estado da Fazenda, tudo conforme apólices individuais discriminadas na relação anexa ao of. n. SPA-RV 20/70 de 4 de setembro do corrente ano.

O desconto poderá ser parcelado até três (3) prestações mensais, e o numerário deverá retornar à Fazenda Estadual na dotação 3.0.0.0 Despesas Correntes — 3.1.0.0 Despesas de Custeio — 3.1.3.0 Serviços de Terceiros — 17.00 outros serviços de terceiros.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda, em 10 de setembro de 1970.

(a) Major R-1 MIGUEL A. ALMEIDA CAMPOS — Resp. pela Secretaria de Estado da Fazenda

(G. Reg. n. 14.175)

**PORTARIA N. 185, DE 10 DE SETEMBRO DE 1970**

O Secretário de Estado da Fazenda, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

Considerando que ainda persistem os motivos que determinaram a expedição da Portaria número 44 de 9 de março p. passado já com o prazo prorrogado pela Porta-



ria número 129 de 17.7.70) e que atribuiu ao Departamento de Receita desta Secretaria a organização das folhas de pagamento dos servidores em consequência do Decreto número 6955, de 26 de fevereiro de 1970, foram relatados no Departamento de Fiscalização Tributária,

# RESOLVE:

Prorrogar até 31 de dezembro de 1970, a determinação da organização das folhas de pagamento dos servidores mencionados no considerando, pelo Departamento de Receita

desta Secretaria.

A partir de 10 de janeiro de 1970 caberá ao Departamento de Fiscalização Tributária desta SEFA a elaboração dessas folhas e a realização do respectivo pagamento.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Gabinete do Secretário de Estado da Fazenda, em 10 de setembro de 1970.

(a) Major R-1 MIGUEL A. ALMEIDA CAMPOS — Resp. pela Secretaria de Estado da Fazenda

(G. Reg. n. 14.176)

## SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

Justificação pelo Sr. Secretário de Estado de Agricultura da sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras e Terras, nos autos de compra de terras devolutas do Estado, no Município de Paragominas, em que é requerente:

ALTINO TAVARES PINHEIRO

CONSIDERANDO que o presente processo n. 1514/68, de 17.04.68, já havia sido sentenciado quando foi paralisado por imposição da nova Lei de Terras;

CONSIDERANDO, no entanto, ter o requerente solicitado seu prosseguimento dentro das novas exigências, o que foi feito inclusive com juntada de alguns documentos;

CONSIDERANDO tudo o mais que nos autos consta;

RESOLVO ratificar a sentença às fls. 20 do presente processo, de Compra de Terras, para que produza seus efeitos legais.

Publique-se no D.O. e volte ao D.T.C.C., para os posteriores legais.

SAGRI, em 22 de setembro de 1970.

Eng. Agr. Laudelino Pinto Soares

Secretário de Estado de Agricultura

(G. — Reg. n. 14.585)

Homologação de Sentença proferida pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos autos de compra de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é requerente:

COMPANHIA AGROPECUARIA RIO ARAGUAIA

CONSIDERANDO que o presente processo 4649/69, de 24 de outubro de 1969, protocolado nesta SAGRI, está revestido das formalidades legais;

CONSIDERANDO que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

CONSIDERANDO que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo da SAGRI são favoráveis à sua aprovação;

CONSIDERANDO que publicada no DIÁRIO OFICIAL número 21.846, de 13.08.1970 a Sentença proferida pelo Senhor Secretário de Estado de Agricultura e que a mesma foi favorável ao requerente e nenhum recurso foi contra a mesma interposto;

CONSIDERANDO tudo o mais que dos autos consta;

HOMOLOGO a Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, para que produza todos os seus efeitos de direito;

Publique-se no D.O. e volte ao Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo, para os posteriores legais.

Belém, 22 de setembro de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES

Governador do Estado  
(G. — Reg. n. 14.586)

Homologação de Sentença proferida pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos autos de Compras de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é requerente:

COMPANHIA AGROPECUARIA RIO ARAGUAIA

CONSIDERANDO que o presente processo n. 4645/69, de 26 de outubro de 1969, protocolado nesta SAGRI, está revestido das formalidades legais;

CONSIDERANDO que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

CONSIDERANDO que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo da SAGRI são favoráveis à sua aprovação;

CONSIDERANDO que, publicada no D.O. 21.846, de 13.08.70, a Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Secretário e que a mesma foi favorável ao requerente e nenhum recurso foi contra a mesma interposto;

CONSIDERANDO tudo o mais que dos autos consta;

HOMOLOGO a Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, para que produza todos os efeitos de direito;

Publique-se no D.O. e volte ao D.T.C.C., para os posteriores legais.

Belém, 22 de setembro de 1970.  
Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES  
Governador do Estado  
(G. — Reg. n. 14.587)

Homologação de Sentença proferida pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos autos de compra de um lote de terras devolutas do Estado, no município de Conceição do Araguaia, em que é requerente:

COMPANHIA AGROPECUARIA RIO ARAGUAIA

CONSIDERANDO que o presente processo n. 4647/69, de 23.10.69, protocolado nesta SAGRI, está revestido das formalidades legais;

CONSIDERANDO que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

CONSIDERANDO que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo da SAGRI são favoráveis à sua aprovação;

CONSIDERANDO que, publicada no D.O. n. 21.846, de 13.08.70, a Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Secretário e que a mesma foi favorável ao requerente e nenhum recurso foi contra a mesma interposto;

CONSIDERANDO tudo o mais que nos autos consta;

HOMOLOGO a Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, para que produza todos os efeitos de direito;

Publique-se no D.O. e volte ao D.T.C.C., para os posteriores legais.

Belém, 22 de setembro de 1970.  
Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES  
Governador do Estado

Homologação de sentença proferida pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos autos de compra de um lote de terras devolutas do Estado, no município de Conceição do Araguaia, em que é discriminante:

COMPANHIA AGROPECUARIA RIO ARAGUAIA

CONSIDERANDO que o presente processo 4651/69, de 23.10.69, protocolado nesta SAGRI, está revestido das formalidades legais;

CONSIDERANDO que no curso do mesmo não houve protesto nem reclamação;

CONSIDERANDO que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo da SAGRI são favoráveis à sua aprovação;

CONSIDERANDO que, publicada no DIÁRIO OFICIAL n. 21.846, de 13.08.70, a Sentença proferida pelo Senhor Secretário de Estado de Agricultura e que a mesma foi favorável ao requerente e nenhum recurso foi contra o mesmo interposto;

CONSIDERANDO tudo o mais que nos autos consta.

HOMOLOGO a Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, para que produza os seus efeitos de direito;

Publique-se no D.O. e volte ao D.T.C.C., para os posteriores legais.



Belém, 22 de setembro de 1970.  
Ten. Cel. ALACID DA SILVA  
NUNES  
Governador do Estado  
(G. — Reg. n. 14.589)

**Homologação da Sentença proferida pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos autos de compra de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é requerente:**

**COMPANHIA AGRO-PECUARIA RIO ARAGUAIA**

CONSIDERANDO que o presente processo 4643/69, de 24.10.1969, protocolado nesta SAGRI, está revestido das formalidades legais;

CONSIDERANDO que no curso do mesmo não houve protestos nem reclamações;

CONSIDERANDO que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo da SAGRI são favoráveis à sua aprovação;

CONSIDERANDO que publicada no DIÁRIO OFICIAL número 21.846, de 13.08.70 a Sentença proferida pelo Senhor Secretário de Estado de Agricultura e que a mesma foi favorável ao requerente e nenhum recurso foi contra a mesma interposto;

CONSIDERANDO tudo o mais que nos autos consta;

HOMOLOGO a Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, para que produza todos os efeitos de direito;

Publique-se no D.O. e volte ao Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo, para os ulteriores legais.

Belém, 22 de setembro de 1970.

Ten. Cel. ALACID DA SILVA

NUNES

Governador do Estado

(G. — Reg. n. 14.590)

**Homologação da sentença proferida pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos autos de compra de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é requerente:**

**COMPANHIA AGRO-PECUARIA RIO ARAGUAIA**

CONSIDERANDO que o presente processo n. 4653/69, de 24 de outubro de 1969, protocolado nesta SAGRI, está revesti-

do das formalidades legais;  
CONSIDERANDO que no curso do mesmo não houve protestos nem reclamações;

CONSIDERANDO que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo da SAGRI são favoráveis à sua aprovação;

CONSIDERANDO que, publicada no D.O. de 13.08.70, n. 21.846, a Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Secretário e que a mesma foi favorável ao requerente e nenhum recurso foi contra a mesma interposto.

CONSIDERANDO tudo o mais que nos autos consta;

HOMOLOGO a Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, para que produza todos os efeitos de direito;

Publique-se no D.O. e volte ao Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo, para os ulteriores legais.

Belém, 22 de setembro de 1970.  
Ten. Cel. ALACID DA SILVA  
NUNES

Governador do Estado  
(G. — Reg. n. 14.591)

**Homologação de sentença proferida pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, nos autos de compra de um lote de terras devolutas do Estado, no Município de Conceição do Araguaia, em que é requerente:**

**COMPANHIA AGRO-PECUARIA RIO ARAGUAIA**

CONSIDERANDO que o presente processo 4650/69, de 24.10.1969, protocolado nesta SAGRI, está revestido das formalidades legais;

CONSIDERANDO que no curso do mesmo não houve protestos nem reclamações;

CONSIDERANDO que os pareceres Técnico, Jurídico e Administrativo do Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo da SAGRI são favoráveis à sua aprovação;

CONSIDERANDO que publicada no DIÁRIO OFICIAL n. 21.846, de 13.08.1970 a Sentença proferida pelo Senhor Secretário de Estado de Agricultura e que a mesma foi favorável ao requerente e nenhum recurso foi contra a mesma interposto;

CONSIDERANDO tudo o mais que nos autos consta;

HOMOLOGO a Sentença proferida pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, para que produza todos os efeitos de direito;

Publique-se no D.O. e volte ao Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo, para os ulteriores legais.

Belém, 22 de setembro de 1970.  
Ten. Cel. ALACID DA SILVA  
NUNES

Governador do Estado  
(G. — Reg. n. 14.592)

**GABINETE DO SECRETARIO PORTARIA N. 140/70**

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições, e respeitando os termos da Portaria n. 1.073 de 09.03.70, do Exmo. Sr. Governador do Estado,

**RESOLVE:**

**INCLUIR** no regime de extraordinário nos meses de outubro, novembro e dezembro, por extrema necessidade de serviço, as servidoras Maria de Nazaré Dias, Maria de Fátima Gomes Belém, e Lucia de Fátima Almeida, que desempenham funções de "Datilógrafo", com lotação no Departamento de Administração.

Dê-se Ciência, Cumpra-se, Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário, em 21 de setembro de 1970

Eng.º Agr.º Laudelino Pinto Soares

Secretário de Estado de Agricultura

(G. Reg. n. 14.595)

**PORTARIA N. 141/70**

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições, e respeitando os termos da Portaria n. 1.073 de 09.03.70, do Exmo. Sr. Governador do Estado,

**RESOLVE:**

**INCLUIR** no regime de extraordinário em prorrogação os meses de outubro, novembro, dezembro, por extrema necessidade de serviço a funcionária Elizabeth Maria Campos Reça, que desempenha função de "Datilógrafo" servindo no Gabinete lotada no Departamento de Administração.

Dê-se Ciência, Cumpra-se, Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário, em 22 de setembro de 1970.

Eng.º Agr.º Laudelino Pinto Soares

Secretário de Estado de Agricultura  
(G. Reg. n. 14.594)

**PORTARIA N. 142/70**

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições,

e considerando os termos do ofício de 14.09.70, do presente da comissão instituída pela portaria n. 80/70 desta SAGRI,

**RESOLVE:**

**PRORROGAR** por mais 30 dias os efeitos da portaria supra, para que a Comissão possa finalizar seus trabalhos.

Dê-se Ciência, Cumpra-se, Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário, em 22 de setembro de 1970.

Eng.º Agr.º Laudelino Pinto Soares

Secretário de Estado de Agricultura

(G. Reg. n. 14.593)

**PORTARIA N. 138/70**

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições, e

a) CONSIDERANDO o disposto no Art. 15 e seus parágrafos do Capítulo II, Título II, do Decreto-Lei n. 57, de 22 de agosto 1969;

b) CONSIDERANDO que esta Secretaria, dentro da nova estrutura administrativa, possui um Escritório Técnico de projetos;

c) CONSIDERANDO que há necessidade, por conveniência administrativa, a centralização e coordenação dos trabalhos de análises de projetos que instruem as propostas, de compra de terras devolutas.

**RESOLVE:**

I — EXTINGUIR a Comissão criada pela Portaria n. 03/69;

II — DETERMINAR que todos os processos de compra de terras que possuam planos de aproveitamento econômico, tenham audiência do Escritório Técnico de Projetos, que coordenará, na pessoa do Eng.º Agr.º Waldemar Cardoso a distribuição dos autos entre quaisquer dos Engenheiros Agrônomos desta Secretaria.

III — ESTIPULAR o prazo de (15) dias para os Engenheiros Agrônomos que rece-



berem os planos para análise, emitirem seus respectivos pareceres.

IV — AUTORIZAR ao Departamento de Terras, Colonização e Cooperativismo (DTCC) a enviar os processos de compra já referidos, diretamente ao Escritório Técnico de Projetos, que o devolverá com o parecer conclusivo.

V — DAR atribuições ao referido Escritório a determinar que os planos apresentados baixem em diligências quando houver necessidade de melhoria da sua instrução técnica.

Dê-se ciência, cumpra-se, registre-se e publique-se.

Gabinete do Secretário de Estado de Agricultura, em 15 de setembro de 1970.

Eng.º Agr.º Laudelino Pinto Soares

Secretário de Estado de Agricultura

(G. — Reg. n. 14.201)

PORTARIA N. 139/70

O Secretário de Estado de Agricultura, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

AUTORIZAR a inclusão no regime de extraordinário nos meses de setembro, outubro e novembro, por necessidade do serviço, do servente Benedito Marciano Farias Gomes, que desempenha a função acima mencionada, no Escritório Técnico de Projetos.

Gabinete do Secretário, em 16 de setembro de 1970.

Eng.º Agr.º Laudelino Pinto Soares

Secretário de Estado de Agricultura

(G. — Reg. n. 14.202)

Despacho preferido pelo Exmo. Sr. Secretário de Estado de Agricultura, no processo n. 2891, do Sr. Braacamp Faria de Carvalho, requerendo compra de terras no Município de São Domingos do Capim:

"Indefiro de acordo com o parecer exarado pelo Sr. Diretor de Terras do D.T.C.C. Ao D.A. para as providências cabíveis.

Belém, 21 de setembro de 1970.

a) Laudelino Pinto Soares

(G. — Reg. n. 14.623)

## SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA PÚBLICA

GABINETE DO SECRETÁRIO  
PORTARIA N. 317 DE 16 DE SETEMBRO DE 1970

Major R-1 Antonio Calvis Moreira, Secretário de Estado de Segurança Pública, por nomeação legal e usando das atribuições que lhe confere o artigo 131, item VIII, do Regulamento da SEGUP, aprovado pelo Decreto n. 2998, de 5.1.1960

RESOLVE:

Conceder ao funcionário José Aquino da Silva, investigador de polícia lotado na Delegacia de Economia Popular, quinze dias de licença para tratamento de saúde, conforme despacho do doutor Alfredo Machado Diretor do Instituto Renato Chaves, em memorandum s/n DA, datado de .... 15.9.1970.

Dê-se ciência e cumpra-se.

(a) Major R-1 ANTONIO CALVIS MOREIRA — Secretário de Estado de Segurança Pública.

(G. Reg. n. 14.183)

PORTARIA N. 318 DE 16 DE SETEMBRO DE 1970

Major R-1 Antonio Calvis Moreira, Secretário de Estado de Segurança Pública, por nomeação legal e usando das atribuições que lhe confere o Artigo 131, item VIII, do Regulamento da SEGUP, aprovado pelo Decreto n. 2998, de 5.1.1960,

RESOLVE:

Recomendar aos funcionários desta Secretaria que, o horário para exame médico no Instituto Renato Chaves, será diariamente das 11 às 13 horas à cargo do Diretor daquele Instituto, Dr. Alfredo Machado.

Dê-se ciência e cumpra-se.

(a) Major R-1 ANTONIO CALVIS MOREIRA — Secretário de Estado de Segurança Pública.

(G. Reg. n. 14.184)

## ANÚNCIOS

CIA. AGRO-PASTORIL  
SOUZA LEMOS —  
AGROPASTOR S/A.

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 05 DE AGOSTO DE 1970

Aos cinco dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta, às 10 (dez) horas, reuniram-se na sede social da CIA. AGRO-PASTORIL SOUZA LEMOS — AGROPASTOR S/A., na cidade de Araguaína, Estado de Goiás, os senhores acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária, atendendo à convocação da Diretoria, promovida por carta aos acionistas, para tratar dos seguintes assuntos: a) Modificação dos Estatutos Sociais; b) Assuntos de interesse da Sociedade. Assumindo a presidência dos trabalhos, o Dr. Adelmo Moraes de Souza, na forma

dos Estatutos Sociais, convocou a mim, Dalva de Queiroz Souza, para Secretária e, verificando a presença da totalidade dos acionistas, através das assinaturas no livro de "Presença de Acionistas", deu por iniciados os trabalhos. "Dr. Adelmo Moraes de Souza, por considerar melhor interesse e melhor desenvolvimento dos negócios sociais, submete aos acionistas a mudança da sede da Empresa para o Estado do Pará, em cuja Junta Comercial, deveriam ser registrados e arquivados os documentos da Empresa". A proposta do Dr. Adelmo Moraes de Souza, foi aprovada por unanimidade. Prosseguindo, disse ainda o Dr. Adelmo Moraes de Souza, que a Empresa está interessada na colocação de ações de acordo com o art. 14

(quatorze) da lei 4.726, de julho de 1964, sendo necessário para isto, a conversão de parte das ações ordinárias nominativas, em ações preferenciais nominativas, para sua colocação no mercado. Esta proposta foi também aprovada por unanimidade. Tendo em vista, estas providências, o Dr. Adelmo Moraes de Souza, salientou que teriam de ser alterados os Estatutos Sociais, nos Capítulos, artigos e parágrafos como seguem: **CAPÍTULO I — DENOMINAÇÃO — SEDE — OBJETO E DURAÇÃO** — Artigo 2º — A Sociedade tem sede na Cidade de Belém, à rua 15 de Novembro, 226 — 14º and. sala 1414 — e escritório à Av. Af. Pena, 726 — 2º and. sala 2012, em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais e poderá a juízo da Diretoria, abrir em qualquer parte do Território Nacional, sucursais, filiais, agências e escritórios, bem como nomear representantes e correspondentes no estrangeiro, quando e onde melhor convier aos interesses sociais. — **CAPÍTULO II — CAPITAL E AÇÕES** — Artigo 5º — O Capital Social é autorizado em ..... Cr\$ 3.815.259,00 (três milhões, oitocentos e quinze mil, duzentos e cinquenta e nove cruzeiros) nos termos do artigo 45 a 48, da lei .... 4728/65, representado por ... 3.815.259 (três milhões, oitocentas e quinze mil, duzentas e cinquenta e nove) ações, assim divididas: a) 477.283 (quatrocentas e setenta e sete mil, duzentas e oitenta e três) ações ordinárias, nominativas, do valor nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro) cada uma, das quais 419.630 (quatrocentas e dezenove mil, seiscentas e trinta) ações já foram subscritas e integralizadas. b) 477.282 (quatrocentas e setenta e sete mil, duzentas e oitenta e duas) ações nominativas e preferenciais, classe a, do vr. nominal de Cr\$ 1,00 (hum cruzeiro), cada uma, sem direito a voto; c) — 2.860.694 (dois milhões, oitocentas e sessenta mil, seiscentas e noventa e quatro) ações preferenciais nominativas, classe b, do valor



nominal de Cr\$ 1.00 (hum cruzeiro) cada uma, sem direito a voto e independente do limite estabelecido no parágrafo único do art. 9º do Dec. 2627, de 26 de setembro de 1940, conforme estabelece a letra "b" do parágrafo 14 do art. 7º da lei 5.174/66. — **Parágrafo 1º** — O Capital subscrito será sempre o realmente integralizado e registrado. **Parágrafo 2º** — Dentro de 30 (trinta) dias de cada emissão de ações do Capital Autorizado, a Diretoria, registrará o aumento subscrito no Registro de Comércio. **Parágrafo 3º** — Os aumentos, dentro do limite do Capital Autorizado, em dinheiro ou incorporação de bens, ou mediante investimentos com recursos da lei 5.174/66, independem de alteração estatutária e aprovação da Assembléia Geral, e serão efetivados por exclusiva deliberação da Diretoria, com prévia audiência do Conselho Fiscal, mediante a confecção de Boletim de Subscrição. **Parágrafo 4º** — A subscrição de ações com a utilização de benefícios da lei 5.174/66, será efetivada pela Diretoria, de acordo com as normas estabelecidas pela SUPAM, procedendo-se conforme o Parágrafo 3º. **Artigo 6º** — As ações ordinárias serão todas nominativas, podendo ser conversíveis em ações preferenciais da classe a, e serão representadas por títulos múltiplos ou cautelares, assinadas por 2 (dois) Diretores. **Parágrafo 1º** — As ações preferenciais da classe b, são intransferíveis irredimíveis e inconversíveis pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data de sua subscrição, conforme o parágrafo 9º, art. 7º da lei 5.174/66. **Parágrafo 2º** — Não haverá direito de preferência na subscrição de ações, devendo o acionista interessado requerer por escrito, simultaneamente com os beneficiários da lei 5.174/66, que desejarem participar das subscrições, sendo a prioridade dada pela ordem de entrada dos requerimentos. **Parágrafo 3º** — As ações preferenciais não terão direito a voto, gozando, contudo,

dos direitos previstos em lei e das vantagens reconhecidas pelos Estatutos: a) Prioridade na distribuição dos dividendos, em mínimo de 6% (seis por cento) ao ano, assegurados ao valor nominal das ações e não serão cumulativos; b) Prioridade no resgate em caso de liquidação da Companhia. **Artigo 7º** — As ações são individuais em relação à Companhia. **Artigo 8º** — É vedada a emissão de ações de gozo e fruição ou partes beneficiárias. **Artigo 9º** — Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembléias Gerais. — Esgotada a ordem do dia, o senhor Presidente agradeceu a presença de todos, deixando livre a palavra. Como ninguém dela fizesse uso, suspendeu a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, foi a mesma lida por mim, em voz alta, e por todos achada conforme, que assinaram: Nélcio Silveira Lemos, digo, Dalva de Queiróz Souza-Secretária; Adelmo Moraes de Souza-Presidente; Waldemar Jacob de Souza, Nélcio Silveira Lemos, Maria Irene de Resende Lemos, Eurico de Souza Queiróz, Helton Hugo Ladeira, José Resende de Moraes, Marcelo Moraes de Souza e Adair de Siqueira Queiróz. Atesto que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro de Atas das Assembléias Gerais, rubricado na Junta Comercial do Estado de Goiás.

Araguaína, 05 de agosto de 1970.  
Adelmo Moraes de Souza —  
Dir. Presidente

4º Ofício de Notas  
Reconheço a firma de  
Adelmo Moraes de Souza.  
Belo Horizonte, 19 de  
agosto de 1970.  
João Lúcio Batista Ferreira  
Escrevente Autorizado

JUNTA COMERCIAL  
Emolumentos: Cr\$ 25,00  
Belém, 8 de setembro de 1970.

Ilegível  
O funcionário

N. 5.289  
Por despacho do Presidente da Junta Comercial do Estado de Goiás, nesta data fica arquivado sob o número acima, um exemplar de igual teor.

Secretaria da J.C.J. GO,  
27 de agosto de 1970.  
Mário de Araújo Firmino  
P/ Secretário Geral

CARTÓRIO DO 9º OFÍCIO  
DE NOTAS  
CARTÓRIO RODRIGUES  
CUNHA

FONES: 26-4212 — 26-3366  
A U T E N T I C A D A  
B. HTE. 19 AGO 1970  
Está conforme o original.  
dou Fé.

Em testemunho da verdade  
de (a) Ilegível.

CARTÓRIO KÓS MIRANDA  
Reconheço a assinatura  
supra (a) Ilegível.  
Em sinal C.N.A.R. de  
verdade.

Belém, 8 de setembro de 1970.

a) CARLOS N. A. RIBEIRO  
Tab. Substituto

JUNTA COMERCIAL DO  
ESTADO DO PARÁ

Esta Ata em 4 vias foi apresentada do dia 8 de setembro de 1970 e mandada arquivar por Despacho do Diretor na mesma data, contendo 2 folhas de nºs 3.767-68 que vão por mim rubricadas com o apelido Tenreiro Aranha, de que faço uso Tomou na ordem de arquivamento o n.3.408/70. E, para constar, eu, Carmen Celeste Tenreiro Aranha, Primeiro oficial, fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará em Belém, 8 de setembro de 1970  
Diretor OSCAR FACIOLA  
(Ext. Reg. n. 3.069 — Dia 24.09.70).

FAZENDAS REUNIDAS  
GURUPI S A  
CGC — 04942900/001  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

CONVOCAÇÃO  
Nos termos da Legislação em vigor, e o que determina o artigo 98 das Sociedades por Ações, em obediência aos Estatutos, convoco os senhores acionistas para sessão da Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se

no dia 30 de setembro do corrente ano, às 16 horas em nosso Escritório, sito rua 13 de Maio, 53º andar, cujos fins são:

- a) Apresentação das Contas da Diretoria, exercício de 69;
- b) Balanço Geral Demonstração da Conta Lucros e Perdas;
- c) Parecer do Conselho Fiscal;
- d) Eleição da Diretoria e Membros do Conselho Fiscal para o exercício 1970/1971;
- e) O que ocorrer.

Belém, 21 de setembro de 1970.

Pp. Antenor Uliana  
Diretor Presidente  
(Ext. — Reg. n. 6008. — Dias 24, 25 e 29.9.70)

FAZENDAS REUNIDAS  
GURUPI S.A.

CGC — 04942900/001  
Comunicamos aos senhores acionistas que se encontram a sua disposição para serem examinadas em nosso escritório, a Rua 13 de Maio, 53 (1º andar) nesta cidade, no expediente normal, os documentos a que se refere o artigo 99 do Decreto-Lei número 2.627 de 26 de setembro de 1940, referente ao exercício de 1969.

Belém, 21 de setembro de 1970

Pp. Antenor Uliana  
Diretor Presidente  
(Ext. — Reg. n. 6006. — Dias 24, 25 e 29.9.70)

R. SILVA, IMPORTAÇÃO S/A  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA

Convocamos os senhores acionistas de R. Silva Importação S/A, para se reunirem em sua sede social rua 15 de Novembro, 158, às 17 horas do dia 30 do corrente mês para o fim de, em Assembléia Geral Ordinária deliberarem sobre:

- a) Relatório da Diretoria, Balanço, Demonstração das Contas de Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal.
- b) Eleição do Conselho Fiscal e Fixação do honorários.
- c) O que ocorrer.

Belém, 21 de setembro de 1970

Rubem Modesto da Silva  
Diretor Presidente

(Ext. — Reg. n. 5083. — Dias 22, 24 e 25.9.70)



**ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL**

(Secção do Estado do Pará)

De conformidade com o disposto no § 10.º do art. 58 da Lei 4.215, de 27 de abril de 1963, faço público que requereu inscrição no Quadro de Advogados desta Secção da Ordem dos Advogados do Brasil o Bacharel em Direito Antônio Pereira dos Santos.

Secretaria da Ordem do Advogados do Brasil Secção do Pará, em 31 de agosto de 1970  
a) João Francisco de Lima Filho  
10. Secretário

(T. n. 16.412. Reg. n. 5012 — Dias: 15, 17, 18, 22, 23 e 24.9.70)

**COMPANHIA DE SEGUROS "COMERCIAL DO PARÁ"**

Assembléia Geral Extraordinária

São convocados os acionistas a reunirem em Assembléia Geral Extraordinária no dia 28 de setembro de 1970, às quinze horas, na sede da Companhia, à Rua Conselheiro João Alfredo, n. 176 — 1º andar, e que terá por fim:

a) Aprovação do Aumento de Capital resolvido pela Assembléia Geral Extraordinária, em 9 de setembro de 1969;

b) Outros assuntos de interesse social, conforme a Lei Circulares e Instruções vigentes;

c) O que ocorrer

De acordo com o preceito estatutário (Art. 18), está suspensa a transferência de ações até que se realize a convocada Assembléia.

Belém, 16 de setembro de 1970  
Oscar Faciola — Dir. Presidente  
Jorge Marcial de Pontes Leite  
Diretor Tesoureiro

Vera Lúcia Corrêa Faciola  
Diretora Secretária

(Ext. — Reg. n. 5049 — Dias 18, 22 e 24.9.70)

**CIA. PARAENSE DE EMBALAGENS — CIPAGEM**

Assembléia Geral Extraordinária

CONVOCAÇÃO

Convidamos os Senhores Acionistas da Cia. Paraense de Embalagem — CIPAGEM, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se em sua sede social, à Avenida Senador Lemos, 2671, no dia 24 de

setembro de 1970, às 16 horas, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

- aumento de Capital Social com aplicação das reservas decorrentes da reavaliação do ativo;
- alteração dos Estatutos Sociais e
- o que ocorrer.

Belém, 15 de setembro de 1970.

A DIRETORIA

(T. n. 16.420. Reg. n. 5051 — Dias — 18, 22 e 24.9.70)

**CHAMADA DE EMPREGADO**

Por este meio, convido o Sr. Geraldo Corrêa Pinheiro, portador da Carteira Profissional n. 79630 série 131a., dentro do prazo legal de três dias, a retornar ao emprego, do qual se afastou sem motivo justificado, desde o dia 11 de setembro corrente.

Belém, 15 de setembro de 1970.

a) Bazileu Carneiro Rodrigues

(Ext. — Reg. n. 5053. — Dias 18, 22 e 24.9.70)

**DEMOCRATA S. A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

Assembléia Geral Extraordinária

COMUNICAÇÃO

Em obediência aos Estatutos, convoco os Senhores Acionistas para a sessão de Assembléia Geral Extraordinária, a se realizar no dia 28 de setembro do corrente ano, às 10.00 (dez) horas, em sua sede social, sita à Rua 28 de Setembro n. 1.245, para tomar conhecimento da renúncia da Diretora Industrial e eleger seu substituto.

Belém, 17 de setembro de 1970.

a) Custódio Serafim Araújo Ferreira Diogo

Diretor Presidente

(Ext. Reg. n. 5061 — Dias — 22, 24 e 25.9.70)

**SABINO OLIVEIRA, INDÚSTRIAS, S. A.**

Assembléia Geral Extraordinária

Edital de — Convocação

Pelo presente, ficam convocados os acionistas de SABINO

OLIVEIRA, INDÚSTRIAS, S. A., 2.000.000,00 em ações ordinárias e preferenciais guardada a proporção da atual composição;

para a reunião de Assembléia realizará no dia 28 de Setembro do corrente ano, na Sede da Empresa, à Avenida Senador Lemos, 3153, às 8,00 horas a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria:

- Reforma do artigo 4º dos Estatutos Sociais;
  - O que ocorrer.
- Belém, 17 de Setembro de 1970.  
(a) A DIRETORIA  
(Ext. Reg. n. 5070 — Dias — 22, 24 e 25.9.1970)

**GELAR S. A. INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS**

Assembléia Geral Ordinária

Edital de Convocação

Pelo presente, ficam convocados os acionistas de GELAR S. A., INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS, para a reunião de Assembléia Geral Extraordinária, que se realizará no dia 28 de Setembro do corrente ano, na Sede da Empresa, à Avenida Senador Lemos, 3253, às 16,00 horas, a fim de deliberarem sobre a seguinte matéria:

- Reforma do Artigo 5º dos Estatutos Sociais;
  - O que ocorrer.
- Belém, 17 de Setembro de 1970.  
(a) A DIRETORIA  
(Ext. Reg. n. 5071 — Dias — 22, 24 e 25.9.1970)

**ORLÂNDIA AGRO-PASTORIL, S. A. (OASA)**

Assembléia Geral Extraordinária

1ª. Convocação

Ficam convidados os senhores acionistas da ORLÂNDIA AGRO-PASTORIL, S. A. (OASA), para participarem de uma reunião de Assembléia Geral Extraordinária, que será realizada no dia 30 de setembro próximo vindouro, às 10,00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Fazenda Brejeiro, município de Paragominas, comarca de Guamá, neste Estado, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- Reforma dos Estatutos Sociais;
- Aumento do capital autorizado para Cr\$ ....

- Emissão e subscrição, com integralização, em dinheiro, de 45.000 ações ordinárias nominativas;
  - O que ocorrer.
- Belém, 13 de setembro de 1970.

Por Orlandia Agro-Pastoril S. A. (OASA)

(a) CAIO JUNQUEIRA NETTO  
Diretor

(Ext. Reg. n. 5072 — Dias — 22, 24 e 25.9.70)

**M. I. — SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA**

PROCESSO N. 46.800/69

Convênio n. 052/70 — SUDAM

Convênio firmado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Segunda Diretoria Regional de Portos e Vias Navegáveis, para aplicação da dotação de Cr\$ 108.091,00 (cento e oito mil e noventa e hum cruzeiros), consignada no programa de Trabalho das receitas diversas da SUDAM e destinada à recuperação e melhoramento de portos, para o exercício de 1970.

Entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia e a Segunda Diretoria Regional de Portos e Vias Navegáveis, entidades daqui por diante denominadas respectivamente SUDAM e EXECUTORA, por seus representantes ao fim assinados, foi firmado o presente acordo nos termos da Lei n. 5.173, de 27 de outubro de 1966, com as alterações introduzidas pela Lei n. 5.374, de 07 de dezembro de 1967, combinado com o Decreto n. 60.079 de 16 janeiro de 1967, modificado, em parte, pelo n. 62.235, de 07 de fevereiro de 1968, pelo Decreto-Lei n. 756, de 11 de agosto de 1969, pelas regras estabelecidas no Regulamento Geral de Contabilidade Pública, pela legislação federal aplicável e de modo es-



pecial, pelas cláusulas seguintes: **CLAUSULA PRIMEIRA:**

— O presente acordo será encaminhado ao Conselho Deliberativo da SUDAM, para aprovação, a partir da qual passará a vigorar por três (3) anos. A recusa de aprovação pelo Conselho Deliberativo, bem como a sustação dos pagamentos por parte da SUDAM à EXECUTORA, não dará cabimento a qualquer indenização ou reclamação.

**CLAUSULA SEGUNDA:** — A EXECUTORA obriga-se a empregar os recursos recebidos da SUDAM obedecendo ao Plano de Aplicação, anexo integrante e inseparável deste termo, devidamente rubricado pelas partes contratantes.

**CLAUSULA TERCEIRA:** — Para realização do objeto deste convênio, entregará à SUDAM à EXECUTORA a quantia de Cr\$ 108.091,00 (cento e oito mil e noventa e hum cruzeiros), do Programa de Trabalho das Receitas Diversas da SUDAM para o exercício de 1970 — 19.00.00 — Ministério do Interior; 19.02.00 — Gabinete do Ministro (Órgãos Vinculados); 19.02.05 — Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia; 16.08.1 — Construção e Recuperação de Portos; — 4.0.0.0 — Despesas de Capital; 4.1.0.0 — Investimentos; 4.1.1.0 — Obras Públicas — Cr\$ ..... 13.091,00; 4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações — Cr\$ 95.000,00. Total: Cr\$ ..... 108.091,00, devidamente empenhada. **CLAUSULA QUARTA:** — A quantia, por este documento convencionada será paga à EXECUTORA de uma só vez ou em parcelas, segundo a disponibilidade financeira da SUDAM, obedecendo às formalidades exigidas por esta. O pessoal que a EXECUTORA, a qualquer título utilizar na execução dos serviços de que trata este convênio ser-lhe-á diretamente vinculado e subordinado e jamais terá com a SUDAM qualquer relação contratual ou estatutária. O material permanente e os equipamentos que a EXECUTORA adquirir com recursos provenientes deste convênio, serão de propriedade da SUDAM, e ficarão na posse da EXECUTORA, até o fim da vigência do presente

convênio, quando então deverá a EXECUTORA, providenciar, de imediato, a entrega do referido material à SUDAM. O material permanente e os equipamentos de que trata esta cláusula serão relacionados através de mapa em três (3) vias, que a EXECUTORA elaborará, e que deverá ser entregue à SUDAM juntamente com os documentos relativos à prestação de contas. A EXECUTORA é obrigada a depositar a importância recebida no Banco da Amazônia S/A, enquanto não fizer a aplicação efetiva dos recursos recebidos aos fins a que se destinam. O depósito será feito em conta especial, em nome da EXECUTORA, com o subtítulo: "Segunda Diretoria Regional de Portos e Vias Navegáveis. — Cr\$ 108.091,00 — 1970 — SUDAM" e será movimentada mediante cheques nominativos, devendo apresentar à EXECUTORA, quando solicitada, o extrato de contas, que sempre acompanhará a prestação de contas. O pagamento de uma parcela pela SUDAM, poderá ser feito sem a prestação de contas, pela EXECUTORA, da parcela que lhe foi anteriormente paga, mas não sem a que a esta tenha precedido. **CLAUSULA QUINTA:** — A EXECUTORA prestará contas ao Tribunal de Contas da União, através a SUDAM, das quantias recebidas em decorrência deste convênio, sendo elemento indispensável à referida prestação de contas a apresentação do Laudo Técnico, o qual acompanhará a última prestação de contas. A SUDAM poderá suspender a entrega de dotações consignadas em favor da EXECUTORA cuja prestação de contas do exercício anterior, que envolva recursos do plano tenha sido rejeitada pela autoridade competente. **CLAUSULA SEXTA:** — A EXECUTORA deverá apresentar à SUDAM relatórios semestrais dos trabalhos realizados durante a execução do plano de aplicação e ao seu término relatório final sempre acompanhado de relação detalhada das aplicações feitas com as quantias recebidas da SUDAM. A gestão financeira relativa aos programas e projetos a cargo da EXECUTORA, fica sujeita à fiscalização da SUDAM, que a exercerá diretamente ou mediante contrato com firma especializada de auditoria de notória idoneidade. A fiscalização referida terá por finalidade verificar a observância das disposições pactuadas com a SUDAM, bem como os planos, programas, projetos, especificações aprovados e abrangerá, necessariamente, o confronto das obras e serviços realizados com os documentos comprobatórios das respectivas despesas. Qualquer solicitação feita pela SUDAM no exercício da fiscalização que lhe compete, deverá ser atendida pela EXECUTORA, de conformidade com as normas adotadas pela SUDAM dentro de quinze (15) dias do recebimento do pedido por esta formulado. Está compreendida na fiscalização da SUDAM, qualquer verificação contábil que se faça, necessária, podendo para esse fim examinar livros, assuntos contábeis, plantas e documentos de qualquer natureza, assim como o acesso à obra e trabalhos relacionados com o plano de aplicação. **CLAUSULA SÉTIMA:** — Poderá a SUDAM a qualquer tempo sustar o pagamento convencionado, se verificar que as condições estabelecidas no termo de acordo ou no plano de aplicação não forem cumpridas, total ou parcialmente.

cialmente pela EXECUTORA, bem como caso sejam comprovadas irregularidades no emprego de quaisquer das parcelas entregues à EXECUTORA, sem prejuízo das cominações de ordem civil e penal cabíveis. **CLAUSULA OITAVA:** — Poderá ser este convênio alterado, renovado ou rescindido, quando for de interesse das partes convenientes, observadas as formalidades legais, e mediante a assinatura de termos aditivos ao presente. Eu, Gilda da Silva Lima, Assistente Administrativo 3110D da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, lavrei o presente termo de convênio, em seis (6) vias de igual teor e forma, o qual lido perante duas (2) testemunhas aos representantes, foi por eles, por mim e pelas duas (2) testemunhas, rubricadas e assinadas nas folhas devidas em todas as suas vias. Belém, 30 de julho de 1970

a) Gen. Div. Ernesto  
Bandeira Ccelho

Superintendente  
a) Manoel Astrogildo  
Pinto Cota  
PEXECUTORA

Testemunhas:

a) Wilson Ribeiro  
a) Francisca Conceição Lynch  
a) Gilda da Silva Lima

Anexo ao Convênio firmado entre a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e a Segunda Diretoria Regional de Portos e Vias Navegáveis, para aplicação da dotação de Cr\$ 108.091,00 (cento e oito mil e noventa e hum cruzeiros), consignada no Programa de Trabalho das Receitas Diversas da SUDAM e destinada à recuperação e melhoramento de portos, para o exercício de 1970.

|   |                        |
|---|------------------------|
| Parcela destinada à complementação da obra do Porto da cidade de Obidos conforme especificado no processo nº 46.800/69 .....                          | 13.091,00              |
| Parcela destinada à aquisição de um guindaste sobre rodas para o porto da cidade de Macapá — AP, conforme especificado no processo n. 46.800/69 ..... | 50.000,00              |
| Parcela destinada à aquisição de uma empilhadeira para o Porto da cidade de Santarém conforme especificado no processo n. 46.800/69 .....             | 45.400,00              |
| <b>T O T A L</b> .....  | <b>Cr\$ 108.091,00</b> |



**RELATÓRIO DA DIRETORIA**

## A DIRETORIA

**BALANÇO GERAL DO ATIVO E PASSIVO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1969.**

[illegible]

DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE LUCROS E PERDAS DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1969

| DEMONSTRAÇÃO DA CONTA DE              |                   | Produto das Operações So- |              |
|---------------------------------------|-------------------|---------------------------|--------------|
| <b>DESPESAS GERAIS</b>                |                   | ciais . . . . .           | 5.795.000,84 |
| Despesas Administrativas . . . . .    | 1.641.769,57      | Outras Receitas . . . . . | 82.342,31    |
| Despesas Financeiras . . . . .        | 942.260,97        |                           |              |
| Despesas Tributárias . . . . .        | 2.241.141,85      |                           |              |
| Serviços de Terceiros . . . . .       | 355.761,83        |                           |              |
| Despesas de Vendas . . . . .          | 189.398,81        |                           |              |
| Depreciação e Amortização . . . . .   | 98.141,50         |                           |              |
|                                       | 5.468.474,53      |                           |              |
| <b>DISTRIBUIÇÃO DO LUCRO</b>          |                   |                           |              |
| Saldo do Exercício Anterior . . . . . | 336.868,65        |                           |              |
| Reserva Legal . . . . .               | 3.600,00          |                           |              |
| Saldo a Disp. da A.G.O. . . . .       | 68.399,97         |                           |              |
|                                       | 408.868,62        |                           |              |
|                                       | Cr\$ 5.877.343,15 |                           |              |

a) ESCRITÓRIO MARIO PEIXOTO — Inscrição 087



**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

No desempenho das atribuições de membros efetivos do Conselho Fiscal de **INDÚSTRIA PARAENSE DE ARTIFATOS DE BORRACHA S.A. — PARABOR**, depois de examinarmos detidamente os livros e documentos relativos ao exercício de 1969, e verificarmos a exatidão do Balanço Geral e a Demonstração da Conta de Lucros e Perdas, relativos ao mesmo exercício de 1969, somos de parecer que devem ser aprovados pela Assembléia Geral Ordinária dos Senhores Acionistas.

Belém, 10 de fevereiro de 1970.

a) RONALDO PASSARINHO PINTO DE SOUZA

JOÃO ALBERTO PAIVA

IRAPUAN SALES FILHO.

(Ext. — Reg. n. 5056. — Dia 24.9.70)

**CIA. GRÁFICA E EDITORA GLOBO**

**— G R A F I S A —**

**BALANÇO GERAL EM 31.12.69**

**— A T I V O —**

|                                       |              |                     |
|---------------------------------------|--------------|---------------------|
| <b>DISPONÍVEL</b>                     |              |                     |
| Caixa .....                           | 105.064,67   |                     |
| Bancos C/Movimento .....              | 514.870,59   | 619.935,26          |
| <b>REALIZÁVEL A CURTO PRAZO</b>       |              |                     |
| Duplicatas a Receber .....            | 499.020,74   |                     |
| Contas Correntes .....                | 388.825,07   |                     |
| Adiantamentos a Fornecedores ..       | 146.337,30   |                     |
| Promissórias a Receber .....          | 45.100,00    |                     |
| Estoque .....                         | 518.163,40   |                     |
| Produtos .....                        | 86.422,91    |                     |
| Contas a Receber .....                | 133.954,01   |                     |
| Adiantamentos de Salários ....        | 14.781,60    |                     |
| Devedores Diversos .....              | 3.295,00     |                     |
| Acionistas C/Capital .....            | 153.459,00   | 1.939.359,03        |
| <b>IMOBILIZADO</b>                    |              |                     |
| Maquinismo e Equipamentos ..          | 612.190,54   |                     |
| Ferramentas .....                     | 31.068,84    |                     |
| Móveis e Utensílios .....             | 41.354,60    |                     |
| Máquinas e Equip. de Escritório ..... | 24.263,11    |                     |
| Instalações .....                     | 20.361,97    |                     |
| Bens Imóveis .....                    | 65.000,00    |                     |
| Veículos .....                        | 34.821,26    |                     |
| Ações e Participações .....           | 158,00       |                     |
| Cauções e Depósitos Especiais ..      | 550,00       |                     |
| Construções .....                     | 489.312,84   |                     |
| Bens C/Reavaliação .....              | 407.426,47   |                     |
| Instalações da Fôrça e Luz ....       | 33.924,85    |                     |
| Estudos e Projetos .....              | 43.570,25    |                     |
| Depósitos P/Investimentos .....       | 5.297,00     |                     |
| Gastos a Amortizar .....              | 614.939,60   | 2.424.239,35        |
| <b>PENDENTE</b>                       |              |                     |
| Ações a Subscriver .....              | 1.093.308,00 |                     |
| Prejuízos a Ressarcir .....           | 121.873,11   | 1.220.181,11        |
| <b>COMPENSADO</b>                     |              |                     |
| Ações Caucionadas .....               | 400,00       |                     |
| Seguros em Vigor .....                | 2.162.000,00 |                     |
| Contratos de Financiamento ....       | 950.000,00   | 3.112.400,00        |
|                                       | <b>Cr\$</b>  | <b>9.316.114,73</b> |

**— P A S S I V O —**

|                                   |              |                     |
|-----------------------------------|--------------|---------------------|
| <b>NÃO EXIGÍVEL</b>               |              |                     |
| Capital .....                     | 5.000.000,00 |                     |
| Reserva Legal .....               | 3.322,89     |                     |
| Fundo de Depreciação .....        | 65.807,75    |                     |
| Provisões P/Encargos Sociais ..   | 20.386,19    |                     |
| Reserva P/Assist. a Empregados .  | 1.696,38     |                     |
| Fundo de Correção Monetária .     | 1.011,20     |                     |
| Fundo P/Renovação do Equip. ...   | 6.645,78     |                     |
| Lucros e Perdas .....             | 2.879,81     |                     |
| Lucros Suspensos .....            | 0,41         | 5.101.750,41        |
| <b>EXIGÍVEL A CURTO PRAZO</b>     |              |                     |
| Fornecedores .....                | 202.658,40   |                     |
| Títulos a Pagar .....             | 124.130,28   |                     |
| Títulos Descontados .....         | 29.425,75    |                     |
| Inst. Nac. Prev. Social .....     | 10.023,32    |                     |
| Fundo de Garantia a Pagar ....    | 4.509,05     |                     |
| Impostos a Pagar .....            | 36.673,41    |                     |
| Credores Diversos .....           | 15.398,15    |                     |
| Juros e Comis. S/Financiamentos . | 58.964,96    |                     |
| Adiantamentos de Serviços ....    | 181,00       | 481.964,32          |
| <b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>     |              |                     |
| Empréstimos Industriais .....     |              | 620.000,00          |
| <b>COMPENSADO</b>                 |              |                     |
| Cauções da Diretoria .....        | 400,00       |                     |
| Apólices de Seguros .....         | 2.162.000,00 |                     |
| Financiamentos Concedidos ...     | 950.000,00   | 3.112.400,00        |
|                                   | <b>Cr\$</b>  | <b>9.316.114,73</b> |

a) ALFREDO PINHEIRO — Diretor

a) Ilegível

Contador — Reg. CRC-Pa. 0871

(Ext. — Reg. n. 5072. — 24.9.70)

**FÁBRICA AMAZÔNIA, PRODUTOS ALIMENTÍCIOS S.A.**

**"P A M A S A"**

**A V I S O**

Acham-se à disposição dos senhores acionistas em nossa sede social à rua Eloy Simões, número 350, nesta cidade os

documentos a que se refere o artigo 99, do Decreto-Lei n. 2.627 de 26 de setembro de 1940.

Óbidos (Pa), 03 de setembro de 1970.

(a) DIRETORIA

(Ext. Reg. n. 5088 — Dias — 24, 25 e 29.9.1970)



**ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE  
ODONTOLOGIA**  
**SEÇÃO DO PARÁ**  
**Assembléia Geral Extraordinária**  
**Convocação**

Convoco os senhores associados para a reunião de Assembléia Geral Extraordinária a ser realizada no Auditório da Faculdade de Odontologia da Universidade do Pará na próxima sexta-feira, dia 25 de setembro, às 18.30 horas em primeira convocação; às 20.00 horas em segunda convocação e às 20.30 horas em terceira e última convocação, quando reunirá com qualquer número para tratar dos seguintes assuntos:

- 1 — Eleição do Presidente da Assembléia Legislativa;
  - 2 — Aumento de mensalidade;
  - 3 — Compra da sede própria.
- Belém, 22 de setembro de 1970.  
Fernão Faria Flexa Ribeiro  
Presidente — A.B.O. — P. a  
(G. Reg. n. 14.525 — 1.ª as 22, 24 e 25/09/70).

**COMEX — COMPANHIA  
MADEIREIRA  
EXPORTADORA**

C. G. C. 04.960.316/001

**Assembléia Geral  
Extraordinária**

**Convocação**

Ficam convidados os senhores acionistas da COMEX — COMPANHIA MADEIREIRA EXPORTADORA, a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária no dia 30 de setembro de 1970 na sua sede social à Rua XV de Novembro número 226, 15º andar, salas 1.506/7 Ed. Francisco Chamie, nesta Capital, às 10 (dez) horas, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia:

- 1) Proposta da Diretoria para criação de um cargo de Diretor Comercial
  - 2) Consolidação Estatutária;
  - 3) O que ocorrer.
- Belém, 21 de setembro de 1970.

(a) **RONAN RIBEIRO**  
**MARIANO**  
Diretor Administrativo

(Ext. Reg. n. 5087 —  
Dias — 22, 24 e 25.9.70)

**CIAPESC — COMPANHIA  
AMAZÔNICA DE PESCA**  
C.G.C. n. 04.933.446/001  
**Assembléia Geral  
Extraordinária**

Pelo presente edital ficam convocados os senhores acionistas desta Sociedade para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, a realizar-se em 28 de setembro de 1970, em seu Escritório Central sito à Avenida Presidente Vargas número 351, 6º andar

Conjunto, 602, nesta cidade, a fim de deliberarem sobre:  
a) Retificação de decisão tomada na Assembléia Geral Ordinária de 30 de abril de 1970;

b) Outros assuntos de interesse social.

Belém, 18 de setembro de 1970.

(a) A DIRETORIA

(Ext. Reg. n. 5075 —  
Dias — 22 e 24.9.70)

**EDITAIS ADMINISTRATIVOS**

**Estado do Pará  
PREFEITURA MUNICIPAL  
DE COLARES**

**Contrato sobre execução de obra em regime de empreitada, que nos termos do art. 6º alínea "e" da lei n. 3.649, de 27.01.66, que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Colares e o empreiteiro de obras Abílio Josino Cardoso, como abaixo vai declarado.**

Aos trinta e um (31) dias do mês de março de mil novecentos e setenta (1970), no edifício da Prefeitura Municipal de Colares, nesta cidade de Colares, município do mesmo nome, presentes a referida Prefeitura, representada por seu Prefeito, cidadão José Soares da Gama, brasileiro, casado, autoridade competente para empenhar despesas, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da lei n. 3.649, de 27 de janeiro de 1966, e o empreiteiro de obras Abílio Josino Cardoso, brasileiro, casado, carpinteiro, residente nesta cidade, e perante as duas testemunhas abaixo relacionadas as referidas partes convenionam o seguinte: — Com fundamento em dispositivos legais, que atribuem ao Prefeito Municipal a competência para celebrar contratos, fica estabelecido que o empreiteiro de obras Abílio Josino Cardoso assume a obrigação de bem cumprir o presente Contrato, mediante as cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA 1ª.** — O objeto do presente Contrato fica assim definido: O empreiteiro

de obras Abílio Josino Cardoso, incumbir-se-á de executar, em regime de empreitada global um prédio na povoação "Maracajó" deste Município, com as especificações abaixo descritas: Construção em madeiras de lei com uma (1) dependência para sala de aulas com as seguintes dimensões: doze (12) metros por seis (6) ditos, ou seja uma área de setenta e dois (72) metros quadrados, sanitários (dois) e dependência para confecção da Merenda Escolar (etc.)

**CLÁUSULA 2ª.** — A execução do Contrato e por conseguinte de quanto foi previsto na Cláusula 1ª, far-se-á no prazo de cento e vinte (120) dias contado a partir do dia da assinatura do presente Contrato.

**CLÁUSULA 3ª.** — São obrigações da Prefeitura:

a) O pagamento da importância no montante e na forma prevista na Cláusula sexta do presente Contrato.

b) A indicação de um funcionário do seu Quadro para fiscalizar e acompanhar o andamento dos serviços.

**CLÁUSULA 4ª.** — São obrigações do Empreiteiro contratado:

a) A execução da obra em conformidade com as exigências especificadas na Cláusula 1ª do presente termo de ajuste.

b) A conclusão da obra em conformidade com a proposta constante do processo n. 02/70 apresentado pelo contratado.

c) A conclusão dos trabalhos no prazo máximo de cento e vinte (120) dias.

d) O pagamento de uma multa diária de NCr\$ 10,00 (Dez cruzeiros novos) por dia no caso de ser ultrapassado o prazo previsto na Cláusula segunda.

**CLÁUSULA 5ª.** — Ocorrerá a rescisão do Contrato em qualquer dos seguintes casos:

a) Se o contratado deixar de efetuar os serviços na modalidade ajustada na Cláusula Primeira deste Contrato.

b) Se a Prefeitura deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados pelo outro outorgante, conforme o disposto na Cláusula seguinte.

**PARÁGRAFO ÚNICO.** — A parte que infringir o presente Contrato dando margem à sua rescisão, pagará à outra a multa contratual de dez por cento (10%) sobre o valor do presente termo de ajuste, pagamento a título de pena convencional, independentemente da obrigação de indenizar o prejuízo que efetivamente vier a sofrer a parte prejudicada.

**CLÁUSULA 6ª.** — O contratado receberá durante todo o prazo contratual para cobertura dos gastos necessários e pagamento dos serviços realizados a quantia líquida e certa de dois mil e seiscentos cruzeiros novos (NCr\$ 2.600,00), entregue da seguinte maneira: 30% na data da assinatura do Contrato e o restante nos prazos de 60 a 120 dias, isto é, quando da entrega da obra.

**CLÁUSULA 7ª.** — A despesa decorrente do encargo especificado neste Contrato correrá à conta dos recursos constantes do Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e esta Prefeitura, classificados na Categoria Econômica —

Educação e Cultura  
Ensino Primário Municipal  
4.0.0.0: Despesas de Capital

4.1.0.0. Investimentos  
4.1.1.0. Obras Públicas  
4.1.1.5. Construção de Edifícios Públicos

**PARÁGRAFO ÚNICO.** A importância para cobertura do ajustado no presente Contrato no valor de ..... NCr\$ 6.000,00 (seis mil cru-



zeiros novos) já foi devidamente empenhada e observando-se o disposto no art. 28 letra "a" da lei n. 3.649 de 27 de janeiro de 1966.

**CLAUSULA 8a.:** — Fica o Empreiteiro contratado dispensado de prestar caução, segundo permissão contida no Parágrafo da letra "a" da lei supra citada.

**CLAUSULA 9a.:** — A celebração deste Contrato vai encontrar apoio na lei supra referida, pois se torna indispensável à sua finalidade.

**CLAUSULA 10a.:** — Para qualquer ação com fundamento neste Contrato, fica eleito o fóro da Comarca da Vigia.

**CLAUSULA 11a.:** — Foram rigorosamente respeitadas as disposições do direito comum, quer em relação ao Código Civil Brasileiro, que exige agente capaz, objeto lícito e forma prescrita em lei, quer em relação ao Regulamento da Contabilidade Pública da União, através das imperativas cláusulas acessórias e essenciais.

**CLAUSULA 12a.:** — O presente Contrato não se reputará perfeito sem que tenha sido registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando a Prefeitura por indenização alguma se o referido órgão denegar o registro.

E por assim estarem justos e contratados na presença das testemunhas Raimundo Ferreira Monteiro e João Cardoso Pereira, abaixo assinadas, eu, **JORGE DA COSTA ALVES**, Secretário desta Prefeitura, mandei lavrar este ato jurídico, que, o subcrevo, em livro próprio sob n. 11 a folhas 19 a 20 verso, com termos de abertura, encerramento e todas as folhas rubricadas devidamente, do qual vão extraídas cópias autênticas para os efeitos legais.

Colares, em 31 de março de 1970.

(a.a.) **José Soares da Gama**  
Prefeito Municipal  
**Abílio Josino Cardoso**  
Empreiteiro  
**Raimundo Ferreira Monteiro**  
**José Cardoso Pereira**  
Testemunhas:

**Jorge da Costa Alves**  
Secretário Municipal  
(Ext. n. 16.425 — Reg. n. 5.067 — Dia 24.09.70).

# **Estado do Pará** **PREFEITURA MUNICIPAL** **DE COLARES**

**Contrato sobre execução de obra, em regime de empreitada, que nos termos do art. 6º, alínea "e" da lei n. 3.649, de 27.1.66, que entre si fazem a Prefeitura Municipal de Colares e o Empreiteiro de obras Raul Moraes Palheta, como a seguir vai declarado.**

Aos trinta e um (31) dias do mês de março de mil novecentos e setenta (1970), no edifício da Prefeitura Municipal de Colares, nesta cidade de Colares, Município do mesmo nome, presentes a referida Prefeitura, representada por seu **Prefeito**, **cladão José Soares da Gama**, brasileiro, casado, autoridade competente para empenhar despesas, na forma do disposto no parágrafo único do art. 27 da lei n. 3.649, de 27 de janeiro de 1966, e o **Empreiteiro de obras Raul Moraes Palheta**, brasileiro, casado, pedreiro, residente nesta cidade, e perante as duas testemunhas abaixo relacionadas as referidas partes convencionam o seguinte: — Com fundamento em dispositivos legais, que atribuem ao Prefeito Municipal a competência para celebrar contratos, fica estabelecido que o empreiteiro de obras **Raul Moraes Palheta** assumirá a obrigação de bem cumprir o presente contrato mediante as cláusulas seguintes:

**CLAUSULA 1a.:** — O objeto do presente contrato fica assim definido: O empreiteiro de obras **Raul Moraes Palheta** incumbir-se-á de executar, em regime de empreitada global um prédio na povoação "FAZENDA" deste Município, com as especificações abaixo descritas:

Construção em alvenaria com duas (2) dependências para salas de aulas com as seguintes dimensões: 16,45 metros x 7,75 metros, ou seja uma área de 119,2625 metros quadrados, sanitários (dois)

e dependência para confecção da Merenda Escolar (etc. etc.).

**CLAUSULA 2a.:** — A execução do contrato, e por conseguinte de quanto foi previsto na Cláusula 1a., far-se-á no prazo de cento e vinte (20) dias, contado a partir do dia da assinatura do presente Contrato.

**CLAUSULA 3a.:** — São obrigações da Prefeitura:

a) O pagamento da importância no montante e na forma prevista na Cláusula Sexta do presente Contrato.  
b) A indicação de um funcionário do seu Quadro para fiscalizar e acompanhar o andamento dos serviços.

**CLAUSULA 4a.:** — São obrigações do empreiteiro contratado:

a) A execução da obra em conformidade com as exigências especificadas na Cláusula Primeira do presente termo de ajuste.

b) A conclusão da obra em conformidade com a proposta constante do processo n. 1/70 apresentada pelo contratado.

c) A conclusão dos trabalhos da construção no prazo máximo de cento e vinte (20) dias.

d) O pagamento de uma multa diária de NCr\$ 10,00 (Dez cruzeiros novos) por dia, no caso de ser ultrapassado o prazo previsto na Cláusula Segunda.

**CLAUSULA 5a.:** — Ocorrerá a rescisão do Contrato em qualquer dos seguintes casos:

a) Se o contratado deixar de efetuar os serviços na modalidade ajustada na Cláusula Primeira deste Contrato.

b) Se a Prefeitura deixar de efetuar o pagamento pelos serviços prestados pelo outro contratante, conforme o disposto na Cláusula seguinte.

**PARAGRAFO ÚNICO:** — A parte que infringir o presente Contrato, dando margem à sua rescisão, pagará à outra, a multa contratual de dez por cento (10%) sobre o valor do presente termo de ajuste, pagamento este a título de pena convencional, independentemente da obrigação de indenizar o prejuízo que efetivamente vier a

sofrer a parte prejudicada.

**CLAUSULA 6a.:** — O contratado receberá durante todo o prazo contratual para cobertura dos gastos necessários e pagamento dos serviços a quantia líquida e certa de cinco mil cruzeiros novos (NCr\$ 5.000,00) entregues da seguinte maneira: trinta por cento (30%) na data de assinatura do contrato e o restante nos prazos de sessenta (60) e cento e vinte (120) dias, isto é quando da entrega da obra.

**CLAUSULA 7a.:** — A despesa decorrente do encargo especificado neste Contrato correrá à conta dos recursos constantes do Convênio celebrado entre o Ministério da Educação e Cultura e esta Prefeitura classificados na Categoria Econômica:

Educação e Cultura  
Ensino Primário Municipal  
4.0.0.0 — Despesas de Capital  
4.1.0.0. — Investimentos  
4.1.1.0. — Obras Públicas  
4.1.1.5. — Construção de Edifícios Públicos

**PARAGRAFO ÚNICO:** — A importância para cobertura do ajustado no presente Contrato no valor de NCr\$ 12.000,00 (Doze mil cruzeiros novos) já foi devidamente empenhada e observando-se o disposto no artigo 28 letra "a" da lei n. 3.649, de 27 de janeiro de 1966.

**CLAUSULA 8a.:** — Fica o Empreiteiro contratado dispensado de prestar caução segundo permissão contida no parágrafo único letra "a" da lei n. 3.649, de 27 de janeiro de 1966.

**CLAUSULA 9a.:** — A celebração deste contrato vai encontrar apoio na lei supra referida, pois se torna indispensável à execução de sua finalidade.

**CLAUSULA 10a.:** — Para qualquer ação com fundamento neste Contrato, fica eleito o fóro da Comarca da Vigia.

**CLAUSULA 11a.:** — Foram rigorosamente respeitadas as disposições do direito comum, quer em relação ao Código Civil Brasileiro, que exige agente capaz, objeto lícito e forma prescrita em lei, quer em relação ao Re-



gulamento da Contabilidade Pública da União, através das imperativas cláusulas acessórias e essenciais.

**CLÁUSULA 12a:** — O presente Contrato não se reputará perfeito sem que tenha sido registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando a Prefeitura por indenização alguma se o referido órgão denegar o registro.

E, por assim estarem justos e contratados, na presença das testemunhas Raimundo Ferreira Monteiro e José Cardoso Pereira, abaixo assinadas, eu **JORGE DA COSTA ALVES**, Secretário desta Prefeitura lavrei este ato jurídico em livro próprio, sob n. 11, a fls. 17, 17 v, 18 e 18 v, com termos de abertura e encerramento e todas as folhas devidamente rubricadas do qual vão extraídas cópias autênticas para os efeitos legais.

Colares, 31 de março de 1970.

(a.a.) **Jesé Soares da Gama**  
Prefeito Municipal  
**Raul Moraes Palheta**  
Empreiteiro  
**Raimundo Ferreira Monteiro**  
**José Cardoso Pereira**  
Testemunhas:  
**Jorge da Costa Alves**  
Secretário Municipal  
(Ext. n. 16.425 — Reg. n. 5.068 — Dia 24.09.70).

#### (\*) CONTRATO DE LOCAÇÃO

Contrato de Locação de Imóvel, sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto, na cidade de Portel, sendo locatário a Senhora Raimunda de Souza Fialho, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade, e locatário o Estado do Pará, como abaixo se declara:

Aos dois (2) dias do mês de abril de mil novecentos e setenta (1970) nesta cidade de Portel, Estado do Pará, República Federativa do Brasil, presente o Sr. João Rodrigues das Chagas, brasileiro, viúvo, Coletor Estadual devidamente autorizado, e a Senhora Raimunda de Souza Fialho e testemunhas abaixo assinadas, foi contratada a locação de um imóvel sito à Avenida Marechal Floriano Peixoto s/n, nesta cidade, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**PRIMEIRA:** O prazo do con-

trato de locação é de nove (9) meses, compreendendo o período de abril a dezembro do ano de 1970 podendo ser prorrogado se no término do mesmo assim convier às partes contratantes e somente terá validade após o registro pelo Egrégio Tribunal de Contas do Estado, não se responsabilizando o Governo do Estado do Pará, por qualquer indenização no caso do mesmo ter negado seu registro por aquela Corte de Contas.

**SEGUNDA:** O aluguel mensal é de cem cruzeiros (Cr\$ 100,00) cujo pagamento será feito pelo locatário ao locador até o dia dez (10) de cada mês subsequente ao vencido.

**TERCEIRA:** Durante a vigência da presente locação, o locador não poderá intentar ação de despejo contra o locatário sob qualquer pretexto, a menos que haja falta de pagamento de aluguéis.

**QUARTA:** O locatário obriga-se a manter o prédio locado em perfeito estado de asseio e conservação.

**QUINTA:** O prédio objeto deste Contrato, destina-se a ser utilizado pela Coletoria Estadual, para nele funcionar os seus serviços.

**SEXTA:** A parte que infringir o presente contrato dando lugar a sua rescisão, pagará à outra uma multa de dez por cento (10%) sobre o valor do contrato, multa todavia que terá caráter meramente penal, motivo porque com o seu pagamento, a infratora não ficará eximida do dever de indenizar a outra, pelo valor efetivo do dano causado, inclusive custas judiciais e honorários do advogado, se o prejudicado, para efetivação de seus direitos houver de ingressar em juízo.

**SÉTIMA:** A despesa decorrente do presente contrato, correrá no corrente exercício, a contar da dotação constante do orçamento do Estado, verba "Secretaria de Estado da Fazenda" — Mensa de Rendas, Coletorias e Postos Fiscais — Despesas Correntes — Despesas de Custeio, Serviços de Terceiros — Locação de Bens e Imóveis ficando a mesma desde logo empenhada em favor do locador.

**OITAVA:** O presente Contrato está registrado às folhas do livro do Registro de Contratos.

As fls. 9 Verso.

**NONA:** O Fôro deste Contrato é o da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, ainda que o locador venha de domicílio, ocorrendo por conta do Estado toda e qualquer despesa oriunda da legalização do presente contrato.

E por assim estarem justos e contratados foi lavrado o presente, que vai assinado pelo locatário, locador e testemunhas. Portel, 15 de julho de 1970.

**João Rodrigues das Chagas**  
Locatário  
**Raimunda de Souza Fialho**  
Locador

#### TESTEMUNHAS:

- a) Ilegível
- a) Ilegível

**CARTÓRIO AGRIPINO ANUNCIACÃO MACIEL DE FREITAS**  
— Reconheço as firmas supra assinaladas.

Portel, 15 de julho de 1970.  
Em testemunho A. A. M. F. da verdade.

O Tabelião Vilaticio — **AGRI-PINO ANUNCIACÃO MACIEL DE FREITAS**.

(\*) Reproduzido por ter saído com incorreção no "D.O." n. 21.869, de 16.09.70.  
(G. Reg. n. 14.153)

#### DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS

Contrato de fornecimento e prestação de supervisão técnica que entre si fazem o **DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS Autarquia do Governo do Estado do Pará** e a firma **Worthington S.A.** (Máquinas), para o fornecimento de um sistema de escorva individual para três bombas, instaladas na estação de bombeamento de utinga.

Aos quinze dias do mês de julho do ano de 1970, nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, na sede do **DEPARTAMENTO DE ÁGUAS E ESGOTOS**, sita à Avenida Independência número 1201 compareceram o senhor engenheiro **Loriwal Rei de Magalhães**, Diretor Geral da Autarquia, que passa neste ato a ser denominada Departamento e a firma **Worthington S.A.** (Máquinas), com sede na cidade do Rio de Janeiro e escritório à

rua Araújo Pôrto Alegre n. 36, 100 andar, neste ato denominada Contratante e representada por seu bastante procurador infra assinado, conforme termo de procuração que apresentou e passa a integrar o presente, para assinarem um Contrato de Fornecimento de um sistema de escorva individual para três bombas instaladas na estação de Bombeamento de Utinga e prestação de supervisão Técnica para montagem do mesmo, mediante as seguintes cláusulas e condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA** — Do objeto do contrato: — A Contratante se obriga a fornecer ao Departamento, um sistema de escorva individual para três bombas instaladas na Estação de Bombeamento de Utinga, constantes dos seguintes equipamentos: hum (1) conjunto bomba de vácuo de anel líquido com motores elétricos; um (1) tanque de recirculação de água de 200 litros, aproximadamente; três (3) válvulas de escorvas; tubos de ferro galvanizado da bomba de vácuo às bombas a serem escorvadas; incluindo acessórios, como: filtros, registros, etc... **CLÁUSULA SEGUNDA** — Obriga-se ainda a Contratante a proceder prestação de serviços e supervisão técnica na montagem do referido equipamento, de modo a garantir a perfeita instalação e funcionamento do mesmo. **CLÁUSULA TERCEIRA** — A Contratante se obriga a fornecer os referidos equipamentos, obedecendo as exigências das especificações, dentro das normas técnicas em vigor e com a maior perfeição de mão de obra, obrigando-se a reparar ou substituir qualquer peça que apresente defeito de fabricação, durante um ano, a partir da data de entrega dos mesmos, desde que eles tenham sido instalados obedecendo os requisitos técnicos de instalação e proteção e que tenham sido operados sob condições normais, para os quais foram fabricados. **CLÁUSULA TERCEIRA** — O fornecimento dos equipamentos ora contratados, é ajustado pela importância total de onze mil cento e dezenove cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ .....

to de fabricação, durante um ano, a partir da data de entrega dos mesmos, desde que eles tenham sido instalados obedecendo os requisitos técnicos de instalação e proteção e que tenham sido operados sob condições normais, para os quais foram fabricados. **CLÁUSULA TERCEIRA** — O fornecimento dos equipamentos ora contratados, é ajustado pela importância total de onze mil cento e dezenove cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ .....



11.119,50) inclusive o imposto de produtos industrializados, calculado na base de 5% sobre o valor real de dez mil quinhentos e noventa cruzeiros (Cr\$ 10.500,00), do sistema de escorva a ser fornecido, considerado o equipamento posto no Rio de Janeiro, tudo conforme proposta da Contratante. **CLAUSULA QUARTA** — A supervisão Técnica para montagem do referido equipamento, é ajustada pela importância de dois mil e quinhentos cruzeiros (Cr\$ 2.500,00) já incluídas todas as despesas de viagem do técnico da Contratante. **CLAUSULA QUINTA** — As despesas decorrentes do presente Contrato de que tratam as Cláusulas Primeira e segunda, no valor de treze mil seiscentos e dezenove cruzeiros e cinquenta centavos (Cr\$ 13.619,50), correrão à conta das seguintes verbas: Fornecimento de Equipamentos: ... 4.1.0.0 — Investimentos ... 4.1.1.0 — Obras Públicas — 4.1.3.0 — Equipamentos e Instalações — 4.1.3.1 — Máquinas, Motores e Aparelhos: Prestação de Serviços e Supervisão Técnica à conta da verba 4.1.0.0 — Investimentos ... 4.1.1.0 — Obras Públicas — 4.1.1.1 — Estudos e Projetos, tudo constante do Orçamento do Departamento, aprovado para o corrente exercício. **PARÁGRAFO ÚNICO** — Os pagamentos das importâncias referidas, serão procedidas contra a entrega de material a ser fornecido e instalação do mesmo no local onde funciona a Estação de Bombeamento de Utinga. **CLAUSULA SEXTA** — Do prazo — A Contratante se obriga a fornecer os equipamentos e proceder sua respectiva montagem no prazo prorrogável de trinta (30) dias, da data do recebimento da ordem de compra. **PARÁGRAFO ÚNICO** — Fica estipulada a multa de 0,2% do valor do Contrato, por dia que ultrapassar o referido prazo, salvo motivo de força maior devidamente comprovado. **CLAUSULA SÉTIMA** — A presente adjudicação é feita ex vi do item D do § 2º do artigo 126, do Decreto Lei 200/69. **CLAUSULA OITAVA** — A

Contratante fica dispensada da prestação de caução como garantia do presente Contrato, na conformidade com o artigo 11, do Decreto Lei número 7, de 28.04.69, publicado no DIÁRIO OFICIAL número 21.527. **CLAUSULA NONA** — O Departamento se reserva o direito de sustar o pagamento das importâncias convencionadas, se verificar que os equipamentos a serem fornecidos e instalados, não se estão processando de acordo com as especificações e proposta da Contratante, sem prejuízo das demais consequências resultantes da infração. **CLAUSULA DÉCIMA** — Poderá o presente Contrato, ser ampliado, alterado ou modificado, a qualquer tempo, quando for de interesse das partes contratantes, mas todas as modificações deverão ser feitas mediante assinatura de Termo Aditivo ao presente. **CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** — O presente Contrato, deverá ser obrigatoriamente cadastrado no Tribunal de Contas do Estado do Pará. **CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA** — Fica adotado o foro de Belém para dirimir as questões judiciais resultantes deste Contrato. E por estarem assim justos e contratados, os outorgantes reciprocamente outorgados, assinam este documento particular, em cinco vias de igual teor, na presença de 2 testemunhas, para que produza efeitos legais. Belém, 15 de julho de 1970.

(aa) Eng. LORI WAL REI DE MAGALHAES — Diretor Geral do DAE-PA.  
(a) Ilegível

Pela firma Worthington S.A. (Máquinas)  
Testemunhas:  
Everaldo Sarmanho  
Paulo Augusto Gadelha Alves

Cartório Quisiroz Santos

Reconheço, por ter conferido com outras existentes em meu arquivo as (3) assinaturas supra assinaladas com esta seta.

Em sinal A. Q. S. da verdade. Belém, 17 de setembro de 1970.

(a) ADRIANO DE QUEIROZ SANTOS — Tab. Substituto

Cartório Diniz

Reconheço a firma supra de (a) Ilegível.

Belém, 17 de setembro de 1970.

Em testemunho N. E. C. M. da verdade.

(a) NEY EMIL DA CONCEIÇÃO MESSIAS — Escrevente autorizado

(Ext. Reg. n. 5076 — Dia 24.9.1970)

# DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO DIVISÃO DO MATERIAL EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA

Cumprindo ordem superior, fica aberta, pelo prazo de trinta (30) dias, a contar da data da publicação, desta Concorrência Pública para venda dos seguintes veículos inservíveis para o serviço público.

| N. de Ordem | Chapa N. | Motor N.     | Ano Fab. | Tipo       |
|-------------|----------|--------------|----------|------------|
| 01          | 25-33    | B4-191527    | 1964     | Jeep       |
| 02          | 21-56    | B-353197     | 1963     | Kombi      |
| 03          | 21-61    | B-403700     | 1964     | Volkswagem |
| 04          | 28-35    | S/Motor      | 1962     | Volkswagem |
| 05          | 22-57    | B4209174     | 1964     | Jeep       |
| 06          | 9        | B3001221     | 1963     | A. Willys  |
| 07          | 174-34   | 2A010251     | 1962     | P-Ford     |
| 08          | 19-46    | U5SBX-100531 | 1965     | Auto-Ford  |
| 09          | 2-GPA    | T01059       | 1961     | Impala     |
| 10          | 20-23    | RP.40601     | 1965     | Simca      |
| 11          | 18-04    | 255446       | 1963     | Simca      |
| 12          | Ex-50    | S/Motor      | 1965     | Jeep       |
| 13          | 23-24    | B4-183182    | 1964     | Jeep       |
| 14          | Ex-4     | B4-027141    | 1964     | A. Willys  |
| 15          | 14-04    | B2-114102    | 1962     | A. Willys  |
| 16          | —        | S/Motor      | 1965     | Jeep       |
| 17          | 28-03    | B4-018048    | 1964     | A. Willys  |
| 18          | Ex-10    | I-75B8       | 1960     | Mercury    |
| 19          | Ex-2736  | S/Motor      | 1963     | P. Willys  |
| 20          | 20-06    | B3-178850NS  | 1963     | Rural      |

a) — As propostas devidamente datadas e assinadas devem ser entregues na Divisão do Material do Departamento do Serviço Público no Palácio do Governo, até às 12 (doze) horas do último dia útil da publicação deste Edital e serão abertas às dezesseis (16) horas desse mesmo dia;

b) — Os interessados poderão examinar os veículos acima mencionados no Serviço de Transporte do Estado, diariamente das 8 às 12 e das 14 às 18 horas;

c) — A ordem de entrega dos veículos será expedida pela Divisão do Material do Departamento do Serviço Público, satisfazendo as despesas de remoção que não deve exceder no prazo de 10 dias, por conta dos compradores;

d) — Será tornada sem efeito a presente Concorrência se as propostas não se mostrarem condizentes com os interesses do Estado.

Divisão do Material do Departamento do Serviço Público, em 20 de agosto de 1970.  
Cândido Passos da Silva  
Diretor do D.M.

VISTO:  
José Nogueira Sobrinho  
Diretor Geral  
(G. Reg. n. 13.004 — Dias 10 — 11 — 12 — 15 — 16 — 17 — 18 — 19 — 22 — 23 — 24 — 25 — 26 — 29 — 30/9 e 1 — 2 — 3 — 6 — 7 — 8 — 9 — 10 — 13 — 14 — e 15/10/70).



**CONTRATO PARTICULAR**

**Contrato Particular para fornecimento do equipamento necessário às salas de matança de bovinos e suínos e de outros materiais indispensáveis ao Matadouro do Maguari, localizada na vila de Icoaraci, Município de Belém, neste Estado que entre si fazem de um lado o Governo do Estado do Pará, na pessoa do Secretário de Estado da Fazenda Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz, brasileiro, solteiro, domiciliado e residente nesta cidade; e de outro lado a firma Tolêdo do Brasil — Indústria de Balanças S.A. sediada à Rua do Manifesto, n. 1.183, São Paulo pelos, seus Procuradores Armando Vieira de Freitas, brasileiro, casado, industrial, domiciliado e residente nesta Capital, à Vila 3 de Maio, casa V e Mário Emílio Alves de Miranda, brasileiro, casado, engenheiro Civil, domiciliado e residente nesta Capital à Travessa Quintino Bocaiuva, n. 1.931, denominados Contratante e Contratada, respectivamente, mediante as cláusulas e condições a seguir:**

**PRIMEIRA —****Objeto**

O presente Contrato resulta da Concorrência realizada pela Secretaria de Estado da Fazenda do Governo do Estado do Pará, para o fornecimento do equipamento necessário às salas de matança de bovinos e suínos e de outros materiais ao Matadouro do Maguari, à Vila de Icoaraci, Município de Belém, neste Estado, cujo resultado foi conhecido no dia 23 de julho de 1970, conforme consta da respectiva ata assinada pelos concorrentes: Arno Straatmann S.A.; Indústria Comércio e Importação; A Teixeira Indústria e Comércio de Máquinas Ltda; Bel Pará Representação de Máquinas e Motores

Ltda.; Tolêdo do Brasil — Indústria de Balanças S.A., Fábrica Nacional de Compressores Ltda. e Ata Combustão Técnica S.A., ocasião em que foi distribuída aos interessados a relação do material a fornecer pelas firmas vencedoras.

**SEGUNDA —****Anexos**

Ao presente Contrato incorporam-se-ão como peças integrantes os termos do edital, relação do material, relatório, mapas de apuração e demais elementos referentes à Concorrência, independentes de traslados e transcrições.

**TERCEIRA —**

**Material a ser Fornecido e Respektivos Preços**

O material a ser fornecido é o constante da relação anexa, a qual fica fazendo parte integrante do presente Contrato. O preço global do material constante da referida relação é de Cr\$ 77.836,00 (setenta e sete mil, oitocentos e trinta e seis cruzeiros)

**QUARTA —****Forma de Pagamento**

O pagamento do material a ser fornecido será efetuado do seguinte modo: 1a. parcela: 30% (trinta por cento) no ato da assinatura do presente Contrato; 2a. parcela: 20% (vinte por cento), contra a entrega do material ao transportador, não podendo esse prazo de entrega ser igual ou inferior a trinta (30) dias do primeiro pagamento; 3a. parcela: 25% (vinte e cinco por cento) trinta (30) dias após o recebimento do material na obra; 4a. e última parcela: vinte e cinco por cento (25%) até trinta (30) dias após o pagamento da terceira parcela e depois do material se achar instalado e devidamente testado, se for o caso.

**QUINTA —****Reajustamento de Preços**

Não haverá reajuste de preços.

**SEXTA —****Prazo para Entrega do Material**

O prazo máximo para a entrega total do material não deverá exceder de cento e vinte (120) dias, a contar da data da assinatura do pre-

sente contrato.

**SÉTIMA —****Multa**

Aplicar-se-á a contratada, ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados, uma multa por dia corrido de atraso na entrega do material, do valor de um décimo por cento (0,1%) sobre o preço global do contrato.

**OITAVA —****Pagamento da Multa**

As multas deverão ser depositadas na Secretaria de Estado da Fazenda, dentro de três (3) dias, após o recebimento da notificação pela contratada, podendo esta, depois de efetuado o depósito recorrer ao Secretário de Estado da Fazenda, em primeira instância, e ao Governador do Estado, em grau de recurso.

**NONA —****Relevação da Multa**

A relevação das multas aplicadas dependerá da audiência do Governador do Estado.

**DECIMA —****Rescisão Contratual**

O Contrato será rescindido de pleno direito independente de interpeção ou protestos judiciais ou extra-judiciais, sem que assista à contratada qualquer indenização ou retenção nos seguintes casos:

a) inadimplemento de qualquer cláusula ou condição deste Contrato;

b) a contratada deixar de recolher dentro do prazo determinado as multas impostas;

c) falência ou concordata, da Contratada;

d) a contratada transferir o fornecimento do material objeto do presente contrato a terceiro no todo ou em parte sem prévia e expressa autorização da contratante.

**DECIMA PRIMEIRA****Danos a Terceiros**

A Contratada é a única responsável por danos causados a terceiros durante a execução dos serviços combinados, bem como pelos acidentes de trabalho de seus empregados.

**DECIMA SEGUNDA —****Afastamento de Empregados**

A contratada obriga-se a

afastar imediatamente do serviço qualquer empregado, cuja atuação ou permanência prejudique, a juízo da contratante, a boa execução do contrato, afetando os interesses do Governo do Estado.

**DECIMA TERCEIRA —****Alterações, Supressões e Acréscimos**

As alterações em decorrência de supressões ou acréscimos, que incorram em serviços complementares ou extraordinários e em novas condições não abrangidas por ocasião deste contrato, serão objeto de termos aditivos observadas as exigências legais.

**DECIMA QUARTA —****Direito de Reclamação**

A contratada não assistirá direito de reclamação a qualquer pagamento de serviço não previsto neste contrato ou em seus termos aditivos.

**DECIMA QUINTA —****Responsabilidade Civil**

A contratada responderá pela solidez, segurança e perfeição dos serviços executados ou do material fornecido durante o prazo de um ano.

**DECIMA SEXTA —****Caução**

Para garantia da fiel execução dos compromissos assumidos, a contratada ao receber da contratante o valor da primeira parcela de que trata a cláusula quarta autorizará a dedução de cinco por cento (5%) do valor global do material a ser fornecido a qual será depositada no Banco do Estado do Pará S.A. a título de caução.

**DECIMA SÉTIMA —****Levantamento da Caução**

A caução do contrato só poderá ser levantada trinta (30) dias após a aceitação de todo o material fornecido mediante a assinatura dos respectivos termos de recebimento e testes finais.

**DECIMA OITAVA —****Verba**

As despesas decorrentes do presente contrato correrão à conta do crédito especial aberto pelo Decreto n. 6.844 de 3 de novembro de 1969 e reaberto para o corrente exercício financeiro pelo Decreto n. 6.990, de 2 de abril de 1970, achando-se



o valor global do material a ser fornecido devidamente enpenhado.

#### DECIMA NONA —

##### Fiscalização

A confecção do material a ser adquirido e constante da relação anexa será acompanhada por um representante da firma Comercial e Técnica da Indústria de Carnes Ltda. (COTECA) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul, assumindo a contratada o compromisso de prestar a referida firma todas as informações necessárias e necessárias a confecção do material em apreço.

#### VIGÉSIMA —

##### Recusa de Material

A contratante reserva-se o direito de recusar o material fornecido pela contratada desde que não atenda as exigências técnicas especificadas na relação de que trata a cláusula terceira do presente contrato ou tenha sido objeto de reclamação não atendida no ato de sua confecção pela firma Comercial e Técnica da Indústria de Carnes Ltda. (COTECA) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

#### VIGÉSIMA PRIMEIRA —

##### Perda da Caução

A contratada perderá a caução quando a rescisão deste contrato for motivada por qualquer dos itens previstos na cláusula décima.

#### VIGÉSIMA SEGUNDA —

##### Entrega e Recebimento

O material fornecido pela contratada será recebido por uma comissão designada pela Secretaria de Estado da Fazenda, sendo lavrado na ocasião o respectivo termo de recebimento e exame que será também assinado pela contratada se estiver presente ao ato.

#### VIGÉSIMA TERCEIRA —

##### Montadores Especializados

A montagem das balanças constantes da relação de que trata a cláusula terceira deste Contrato será efetuada, gratuitamente, por um mecânico-Técnico especializado, da contratada, coadjuvado, pelo pessoal auxiliar eventualmente necessário, que a contratante, de sua conta porá a disposição do referido mecânico, a pedido do mesmo.

#### VIGÉSIMA QUARTA —

##### Fôro

Fica eleito o Fôro da Cidade de Belém, Estado do Pará, para dirimir qualquer dúvida oriunda deste contrato.

#### VIGÉSIMA QUINTA —

##### Contratação

E por estarem justos e contratados assinam o presente contrato em cinco (5) vias de igual teor e forma, com as testemunhas idôneas abaixo.

Belém, 31 de agosto de 1970.

Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz

Secretário de Estado

da Fazenda

Armando Vieira de Freitas

p.p. Mário Emilio Alves

Miranda

#### TESTEMUNHAS:

Miguel Archanjo de Almeida

Campos

José F. de Oliveira

#### Cartório Queiroz Santos

Reconheço, por ter conferido com outras existente em meu arquivo, as assinaturas de Rubens Luzio Vaz, Armando Vieira de Freitas, Mário Emilio Alves Miranda, Miguel Archanjo de Almeida e José Ferreira de Oliveira.

Em sinal A.Q.S. da verdade.

Belém, 9 de setembro de 1970.

Adriano de Queiroz Santos

Tab. Substituto

RELAÇÃO DO MATERIAL A SER FORNECIDO AO MATADOURO DO MAGUARI, EM BELÉM, ESTADO DO PARÁ, DE ACÓRDO COM A CLÁUSULA TERCEIRA DO CONTRATO PARTICULAR PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA E A FIRMA TOLEDO DO BRASIL INDÚSTRIA DE BALANÇAS S.A., DO ESTADO DE SÃO PAULO, EM DATA DE 31 DE AGOSTO DE 1970.

— Sala de Matança de Bovinos

Uma balança automática "TOLEDO" modelo

250 de monotrilha; mostrador FD 250 kg x 250 g; Régua de Tara 25kg x 250g; R de capacidade 100kg x 25kg; Capacidade total 375 kg. .... 7.975,00

#### — Gasxaria

Uma balança automática "TOLEDO" modelo 2250 monotrilha, mostrador FD

300kgx500g; Régua de Tara 50kgx500g;

Régua de capacidade 200kgx50kg. Capacidade total 750 kg. .... 7.975,00

#### — Tenda

Uma balança automática "TOLEDO" modelo

2191 — fixa de piso, mostrador FD

500kgx500g; Régua de tara: 50 kgx500g; R

de capacidade 200kgx50g; capacidade total 750 kg — plataforma 1,22x1,22m em

execução de meia armação .... 10.747,00

#### — Sangue, Mocotó e Farinhas

Uma balança automática "TOLEDO" modelo

2191 — fixa de piso. Mostrador FC

1.000kgx1kg; Régua de tara 100kgx1kg; R

de capacidade 400kgx100kg. Capacidade total 1.500kg. Plataforma 1,22x1,22m — em

execução de meia armação .... 10.747,00

#### — Vigilância

Duas balanças automáticas "TOLEDO" modelo

2351 especiais para pesagem de 10 a 12 ca-

beças de gado, complementada c/ gradil

de pérola envernizada, ferragens e duas

portas de correr destinadas. Mostrador FC

1.000kgx1kg; régua de tara 200kgx1kg; R

capacidade: em branco; 5 unidades de peso

de 1.000kg cada. Capacidade total 6.200kg.

Plataforma 2,40x4,00m. .... 40.392,00

SOMA GERAL

Cr\$

77.836,00

Belém, 31 de agosto de 1970.

Gen. R-1 Rubens Luzio Vaz

Armando Vieira de Freitas

Mário Emilio Alves Miranda

#### CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

Reconheço, por ter conferido com outras existente em meu arquivo, as assinaturas de Rubens Luzio Vaz, Armando Vieira Freitas e Mário Emilio Alves Miranda.

Em sinal A.Q.S. da verdade.

Belém, 9 de setembro de 1970.

ADRIANO DE QUEIROZ SANTOS

Tabellão Substituto

Ministério da Fazenda

#### DELEGACIA DO SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO PARÁ

EDITAL N. 9170 DP

Em cumprimento ao despacho exarado no processo 298/70 DP, pelo senhor Chefe desta Delegacia, em observância ao disposto no § 1º do artigo 107 e no artigo 114 do Decreto-lei número 2.760 de 1940, faço público que, às

nove horas do dia 30 de setembro corrente, será dado início à diligência de medição e avaliação do terreno acrescido de Marinha beneficiado com um prédio coletado sob o número 227 da travessa Benjamin Constant, perímetro compreendido entre as ruas da Municipalidade e Gaspar Viana, nesta cidade, o qual faz parte do terreno acrescido de Marinha registrado, nesta Regional, sob o número 6.927 — L. Pa 28, fls. 157, constante do contrato enfiteutico de 14



de abril de 1966 lavrado às fls. 193 vº/194 do livro 17, em nome de Mariana Ferreira Gomes para fins de desmembramento e transferência das obrigações enfiteuticas do supracitado terreno para o nome de Móveis Decorações Blue Star, Ltda., requerido por sua enfiteuta Mariana Ferreira Gomes, por intermédio de seu procurador, no processo DP — 298/70 aludido.

2. Assim sendo, ficam convidados todos os interessados confrontantes e a quem mais interessar possa, a comparecerem no local indicado, dia e hora aprazados, para assistirem à dita diligência requerem o que for a bem dos seus direitos ou em defesa dos seus interesses.

3. No prazo de 10 dias, contados da realização da diligência, o termo respectivo ficará à disposição dos interessados para seu conhecimento, ciência e apresentação de protestos, ou reclamações, quanto ao consignado no mesmo, na forma do § 2º. do artigo 107 supramencionado.

Delegacia do S. P. U. no Pará, 17.9.1970.

(a) Eng. CHRISTIANO JOAQUIM DA SILVA

Visto

(a) Eng. ALCIDES BATISTA DE LIMA — Chefe da Delegacia

(Ext. Reg. n. 5094 — Dia — 24.9.1970)

#### MINISTÉRIO DA SAÚDE Campanha de Erradicação da Malária

Contrato de Locação do imóvel, sito à rua Marechal Deodoro, n. 1084 na cidade de Marabá, Estado do Pará, entre o Ministério da Saúde, através da Campanha de Erradicação da Malária como Locatário, e Ernesto Almeida Coimbra como Locador.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de maio de 1970 (mil novecentos e setenta), na sede do Setor Pará, da Campanha de Erradicação da Malária, na Avenida Gentil Bittencourt, n. 887 em Belém, Estado do Pará, ai presentes, de um lado, o Ministério da Saú-

de, neste ato representado pelo Sr. Dr. Waldir João da Silva Monteiro, e conforme poderes contidos na Portaria CHET/CEM n. 04, de 14 de janeiro de 1970, do Sr. Supervisor Setorial das Campanhas Nacionais de Erradicação de Endemias, adiante denominado simplesmente Locatário e, de outro lado o Sr. Ernesto Almeida Coimbra, brasileiro, paraense, casado, portador do Título Eleitoral n. 700, da 23ª. Zona, adiante denominado Locador, resolveram firmar o presente contrato de locação, de acordo com as cláusulas e condições seguintes, que aceitam, ratificam e outorgam, o locatário, em nome da União e o Locador por si, herdeiros e sucessores, consoante as cláusulas adiante mencionadas.

#### CLAUSULA PRIMEIRA—

##### Objeto

O presente contrato tem por objeto a locação do imóvel sito à Av. Marechal Deodoro, n. 2084, na cidade de Marabá, Estado do Pará.

#### CLAUSULA SEGUNDA—

##### Denominação

O imóvel, ora locado, destina-se ao funcionamento de repartição do Ministério da Saúde, que não poderá sublocá-lo ou cedê-lo, sem anuência prévia e expressa do Locador.

#### CLAUSULA SEGUNDA—

##### Funcionamento Legal

O presente contrato rege-se pelo Código de Contabilidade da União (Decreto n. 4536 de 26 de janeiro de 1922), pelo Regulamento Geral de Contabilidade Pública (Decreto n. 15.783, de 8 de novembro de 1922), e pelas disposições dos Decretos-leis n. 4 de 7 de fevereiro de 1966 e 322, de 7 de abril de 1967.

#### CLAUSULA QUARTA—

##### Vigência e Validade

O presente contrato vigorará por 1 (hum) ano, a contar da data de sua assinatura, tendo validade somente depois de publicado em Diário Oficial, e a terminar na data em que se completar 1 (hum) ano de sua assinatura, ocasião em que o imóvel ora locado deverá ser restituído ao locador, independente de notificação judicial ou extrajudicial, integralmente desocupado, ressalvada a hipótese

de ser o contrato renovado por acordo entre partes.

#### CLAUSULA QUINTA—

##### Valor do aluguel

O aluguel mensal do imóvel objeto do presente contrato, será de Cr\$ 100,00 (cem cruzeiros), que sofrerá reajustamentos na mesma proporção e data em que o salário-mínimo no Estado do Pará for alterado.

#### CLAUSULA SEXTA—

##### Cobrança de Aluguel

Os alugueis serão cobrados pelos locadores, mediante a apresentação das respectivas faturas elaboradas com observância da legislação em vigor até o quinto dia útil do mês seguinte ao vencido, na Turma do Orçamento e contabilidade do Setor Pará da Campanha de Erradicação da Malária, obrigando-se o Ministério da Saúde a providenciar as medidas legalmente necessárias para a liquidação daquelas faturas.

#### CLAUSULA OITAVA—

Imposto Predial, Taxas de Serviços de Água e Esgotos e Seguro de Incêndio

Todos os impostos, taxas ou tarifas de serviços, atuais ou que foram lançados contra o imóvel locado, durante a vigência deste contrato, correrão exclusivamente por conta do locatário, bem como o seguro contra fogo que deverá ser feito em Companhia Seguradora idônea no valor de Cr\$ 15.000,00 (quinze mil cruzeiros) e em nome dos locadores.

#### CLAUSULA NONA—

##### Benfeitorias

Fica o locatário desde já autorizado a proceder no imóvel locado às adaptações necessárias ao seu adequado funcionamento, sem que os materiais usados nessas adaptações, passem a integrar o patrimônio dos locadores. Findo o prazo da locação, será o imóvel devolvido aos locadores nas condições em que se encontrava no momento da assinatura do presente contrato, salvo no concernente às naturais consequências de uso normal. Aos locadores fica reservado o direito de fiscalizar qualquer obra que se venha a realizar, bem como a visitar o imóvel ora locado, e na presença do locatário, para constatar o

bom uso e conservação do mesmo.

#### SUBCLAUSULA ÚNICA—

Todas as obras ou alterações que porventura, venham a ser determinadas pelas autoridades, serão executadas pelo locatário sem direito a qualquer espécie de indenização, de modo que, finda ou rescindida a locação, seja restituído o imóvel de forma que possa continuar sendo utilizado sem qualquer exigência por parte daquelas mencionadas autoridades.

#### CLAUSULA DÉCIMA—

##### Sinistro

No caso de incêndio ou qualquer outro sinistro que atinja o imóvel, este contrato ficará rescindido de pleno direito, desde que seja total o sinistro, se, porém, o sinistro atingir parcialmente o imóvel locado, o locatário poderá optar pela rescisão do contrato, se não preferir considerá-lo em vigor continuando, nessa hipótese, a pagar integral e pontualmente o aluguel e demais encargos ajustados, sem qualquer solução de continuidade e sem direito a indenização de qualquer espécie.

#### CLAUSULA DÉCIMA

##### PRIMEIRA—

##### Dotação Orçamentária

A despesa com a execução do presente contrato correrá no exercício em curso, à conta do Programa 15.07.1.003. Elemento 3.1.3.2/10.00, Ministério da Saúde, do Orçamento Geral para o exercício financeiro de 1º/0, Decreto-Lei n. 727 de 1º de agosto de 1969, e nos exercícios futuros, à conta das dotações Orçamentárias previstas para atender às despesas da mesma natureza.

#### CLAUSULA DÉCIMA

##### SEGUNDA—

##### Vigência em caso de Alienação

O presente contrato de locação continuará em vigor na hipótese de alienação do imóvel, de acordo com o disposto no artigo 1197, parte final, do código civil.

E, por estarem acordes, depois de lido e achado conforme, tendo o locador apresentado os documentos exigidos para a sua validade, foi o presente contrato assinado em 4 vias de igual teor, pelas



partes supra-mencionadas e pelas testemunhas abaixo assinadas.

**Ernesto Almeida Coimbra**  
Locador  
**Valdir João da S. Monteiro**  
Locatário

TESTEMUNHAS:

**Fernando M. Figueiredo**  
**Sérgio G. da Silva Oliveira**

(Ext. Reg. n. 5081 — Dia 24—9—1970)

# SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA

## Compra de Terras

De ordem do Sr. Diretor da Divisão de Terras, faço público que por José Lourenço Santana Filho, nos termos do artigo 22 do Decreto n. 5780, que regulamenta a Lei de Terras do Estado, está sendo requerida por Compra uma sorte de terras devolutas destinada a implantação da indústria Agropecuária, sita à 16a. Comarca de Guamá, 440. Termo, 440. Município de S. Domingos do Capim Distrito, com os seguintes limites: A margem direita da Rodovia PA-70, entre os Kms. 107 e 109; limitando-se pela frente com a referida Rodovia, medindo 2.200 metros; pelos fundos com Armando Rodrigues, medindo 1.140 metros; pela direita com terras devolutas, medindo 5.634 metros; pela esquerda com quem de direito, com uma linha quebrada de 8 elementos num total de 6.820 metros; abrangendo uma área de aproximadamente 997 ha 80 a 40 ca;

Divisão de Terras, em 07 de agosto de 1970.

**Paulo Guilherme Moura**  
Chefe da Secção de Terras  
V I S T O:

**Agri. Antônio de Sousa Carneiro**  
Diretor da Divisão de Terras e Cadastro Rural

## 3o. OFÍCIO DE NOTAS

Certifico e dou fé que a presente cópia fototástica confere com o original que me foi exibido nesta data, pelo que autêntico esta via.

Em sinal A. Q. S. da verdade.  
Belém, 16 de setembro de 1970.

a) **Armando de Queiroz Santos**  
Tabelião

(T. n. 16.428. Reg. n. 5065 — Dia. — 24.9.70)

## TERMO DE CONVÊNIO

**Térmo de convênio entre o Governo do Estado do Pará, a Fundação Serviços de Saúde Pública e a Prefeitura Municipal de Afuá, para construção do sistema público de abastecimento de água da cidade de Afuá, Estado do Pará.**

Entre o Governo do Estado do Pará, neste ato denominado Governo, representado pelo Excelentíssimo Senhor Governador Tenente-Coronel Alacid da Silva Nunes, a Fundação Serviços de Saúde Pública, neste ato denominada FSESP representada pelo Engenheiro Henrique Bernardo Lobo, Diretor Regional de Engenharia Sanitária do Pará, devidamente autorizado pelo seu Superintendente, Doutor Nilo Chaves de Brito Bastos, conforme Portaria SU-6270, e a Prefeitura Municipal de Afuá, neste ato denominada Prefeitura, representada pelo senhor Dinair Chagas de Santana, Prefeito Municipal, fica ajustado o presente Convênio para construção do sistema de abastecimento de água na sede do município de Afuá, Estado do Pará, mediante as seguintes cláusulas:

### CLAUSULA I

Caberá à FSESP executar as obras constantes do projeto aprovado pelas partes convenientes, da forma que julgar mais conveniente.

### CLAUSULA II

O custo da primeira etapa está estimado em NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil, cruzeiros novos), importância a ser coberta por dotação do Governo Estadual.

### CLAUSULA III

No ato da assinatura do presente Convênio o Governo entregará à FSESP a importância de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos), que será depositada em estabelecimento bancário, em nome do Governo, à disposição da FSESP, a qual movimentará os recursos tão logo sejam aprovadas as

Descrições ou Emendas ao projeto, pela Superintendência da FSESP.

Parágrafo Único — A importância acima citada será destacada do Orçamento do Estado para o corrente exercício financeiro, sob rubrica: Saúde; Secretaria de Estado de Saúde Pública; Gabinete do Secretário; 4.0.0.0 — Despesas de Capital; 4.1.0.0 — Investimentos; 4.1.2.0 — Serviços em Regime de Programação Especial.

### CLAUSULA IV

O Governo e a Prefeitura comprometem-se a colaborar com a FSESP e assegurar as garantias necessárias ao cumprimento das finalidades deste Convênio, bem como, enviar esforços no sentido de facilitar à FSESP o cumprimento das leis, posturas e regulamentos federais, estaduais e municipais.

### CLAUSULA V

A FSESP não se responsabilizará por qualquer demora ou interrupção dos trabalhos motivados por força maior.

### CLAUSULA VI

Caso ocorram bruscas oscilações de preços de materiais ou custo de mão de obra, que venham determinar modificações no programa do trabalho, fará a FSESP, em tempo, comunicação justificada ao Governo.

### CLAUSULA VII

Caberá à FSESP contratar a mão de obra, bem como, adquirir todos os materiais necessários à execução e administração das obras.

### CLAUSULA VIII

No custo das obras serão incluídos os pagamentos devidos a:

1. técnicos contratados para sua realização;
2. mão de obra;
3. aquisição de materiais de consumo, equipamento, etc;
4. quaisquer outras despesas relacionadas com sua execução.

### CLAUSULA IX

Correrão por conta do Governo, os pagamentos decorrentes das leis do trabalho e da legislação previdenciária, acidentes do trabalho e quaisquer outros que digam respeito ao pessoal admitido

para execução dos trabalhos previstos neste instrumento.

### CLAUSULA X

Procedimentos de caráter jurídico relacionados com os trabalhos referidos no presente Convênio serão atendidos pelo Governo em todas as instâncias judiciais, inclusive naquelas da alçada trabalhista, embora a iniciativa desses procedimentos caiba, também, à FSESP, ficando desde logo eleito o fóro de Belém, para dirimir qualquer questão oriunda do presente Convênio.

### CLAUSULA XI

Podrá o presente Convênio ser modificado a qualquer tempo, desde que ambas as partes com isso concordem, ficando entendido que todas as alterações deverão ser feitas mediante termo aditivo.

### CLAUSULA XII

O presente Convênio entrará em vigor na data de sua publicação e terá duração de um (1) ano. Antes do término desse período, poderá ser prorrogado por acordo das partes, ou ainda, alterado em qualquer época, mediante solicitação, por escrito, de uma e concordância da outra, ou rescindido de comum acordo desde que a parte interessada avise com antecedência mínima de três (3) meses.

### CLAUSULA XIII

Este Convênio obrigará não somente aos que o assinam, mas também aos seus sucessores.

E, por assim estarem justos e contratados, lavrou-se o presente termo em sete (7) vias, que depois de lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes, na presença das testemunhas que também o assinam.

Belém, 23 de abril de 1970.

(aa) Ten. Cel. ALACID DA SILVA NUNES — Governador do Estado do Pará  
**Eng. Henrique Bernardo Lobo** — Diretor Regional de Engenharia Sanitária do Pará

**Sr. Dinair Chagas de Santana** — Prefeito Municipal do Afuá  
Testemunhas:  
(aa) Ilegíveis

(G. Reg. n. 14.613)



**SECRETARIA DE ESTADO  
DA FAZENDA  
MATADOURO DO MAGUARI  
—EDITAL—**

De ordem do Ilmo. Sr. Diretor do Matadouro do Maguari, criando a Comissão de Inquérito Administrativo conforme Portaria n. 126/70, de dezanove (19) de setembro de mil novecentos e setenta (1970), NOTIFICO o senhor Francisco Corrêa Lina, extranumerário-diarista, com função de magarefe-referência X, lotado e com exercício neste Matadouro, para nos dias úteis do período de 21 de setembro a 20 de outubro do corrente ano, comparecer a esta Repartição, no horário de expediente, a fim de prestar esclarecimentos a respeito de sua situação funcional.

E, para que não alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, durante o prazo acima estipulado.

Matadouro do Maguari, 19 de setembro de 1970.

**Antonio de Jesus Oliveira  
Miranda**

Presidente da Comissão  
(G. Reg. n. 14.466 — Dias  
22, 24 e 29.9 e 20-10-70)

**—EDITAL—**

De ordem do Ilmo. Sr. Diretor do Matadouro do Maguari, criando a Comissão de Inquérito Administrativo conforme Portaria número cento e vinte e sete (127), de dezanove (19) de setembro de mil novecentos e setenta (1970), NOTIFICO o senhor Raimundo de Jesus Silva Gomes, extranumerário-diarista, com função de magarefe-referência X, lotado e com exercício neste Matadouro, para nos dias úteis do período de 21 de setembro a 20 de outubro do corrente ano, comparecer a esta Repartição, no horário de expediente, a fim de prestar esclarecimentos a respeito de sua situação funcional.

E para que não alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado, durante o prazo acima estipulado.

Matadouro do Maguari, 19 de setembro de 1970.

**Antonio de Jesus Oliveira  
Miranda**  
Presidente da Comissão

(Ext. Reg. n. 14.467 — Dias  
22, 24 e 29.9 e 20-10-70)

**SECRETARIA DE ESTADO  
DE EDUCAÇÃO**

**—EDITAL—**

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação, notifico, pelo presente Edital, ROSILDA MATOS COSTA, Professor Não Titulado, Nível—EP—1, do Quadro Especial do Magistério, com exercício na Escola Reunida "Princesa Isabel", nesta Capital, para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 de 24/12/53. (Estatuto). E, para que se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 27 de agosto de 1970.

**Graciete de Lima Araújo**  
Dir. da Divisão do Pessoal  
**Luís Ferreira da Silva**  
Dir. do Departamento de Administração

(G. Reg. n. 14.168 — Dias  
17 e 24/9 e 17/10/70)

**—EDITAL—**

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação, notifico, pelo presente Edital, Maria do Ceo Velga Tavares, Professor Não Titulado, Nível—1, do Quadro Especial do Ma-

gistério, com exercício no Grupo Escolar "Prof. Dr. Jaime Aben—Athar", no Município de Gurupá, para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53 (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 27 de agosto de 1970.

**Graciete de Lima Araújo**  
Dir. da Divisão do Pessoal  
**Luís Ferreira da Silva**  
Dir. do Departamento de Administração  
(G. Reg. n. 14.169 — Dias  
17 e 24/9 e 17/10/70)

**—EDITAL—**

De ordem do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado de Educação, notifico,

pelo presente Edital, MARIA LUCIA ROCHA NASCIMENTO, Professor Primário, Nível EP—3, do Quadro Especial do Magistério, com exercício no Grupo Escolar "Paulino de Brito", nesta Capital, para, no prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste no Diário Oficial, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova de existência de força maior ou de coação ilegal, ser proposta sua demissão por abandono de cargo nos termos do art. 36, combinado com os artigos 186, item II e 205 da Lei 749 de 24.12.53. (Estatuto). E, para que não se alegue ignorância, o presente Edital será publicado no Diário Oficial do Estado três (3) vezes no decorrer de trinta (30) dias.

Divisão do Pessoal do Departamento de Administração da Secretaria de Estado de Educação, 27 de agosto de 1970.

**Graciete de Lima Araújo**  
Dir. da Divisão do Pessoal  
**Luís Ferreira da Silva**  
Dir. do Departamento de Administração

(G. Reg. n. 14.170 — Dias  
17 e 24/9 e 17/10/70)

## Reorganização Administrativa das Secretarias e outros Órgãos do Pará

Exemplar à venda no Arquivo da  
Imprensa Oficial do Estado ao preço  
de Cr\$ 3,00





República Federativa do Brasil  
ESTADO DO PARÁ

# Diário da Justiça

BELEM — QUINTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1970

NUM. 7.240

## Tribunal de Justiça do Estado

Presidente: Des. AGNANO MONTEIRO LOPES  
Secretário: Dr. LUIS FARIA

### COMARCA DA CAPITAL EDITAL DE CITAÇÃO DE YOSHIHO HASEGAWA

O Doutor Romão Amoêdo, Juiz de Direito da Primeira (1a.) Vara de Órfãos da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle conhecimento tiverem (expedido nos autos n. 1.219, de Inventário dos bens deixados por falecimento de SADAQ HASEGAWA, que se processa perante este Juízo e Cartório do 1o. Ofício do Órfãos), que atendendo se achar em lugar incerto o herdeiro YOSHIHO HASEGAWA, japonês, casado, residente e domiciliado na cidade de Chiba-Ken-Japão, pelo presente edital, que será afixado na sede deste Juízo, no lugar de costume, e, por cópia, publicado no prazo máximo de 40 (quarenta) dias, a contar da publicação, uma vez no Órgão Oficial do Estado e pelo menos duas vezes em jornal local, cita o mencionado herdeiro e sua mulher, para, no prazo de quarenta (40) dias, que correrá da data da primeira publicação do presente, fazer-se representar no mencionado inventário por advogado legalmente habilitado, alegando o que se lhe oferecer, em defesa de seus direitos, sob pena de decorrido o

prazo marcado, se considerar perfeita a citação, na forma da Lei. DESPACHO: — "Nos termos do art. 479, parágrafo único, cite-se por edital com o prazo de quarenta (40) dias os herdeiros ausentes. Belém, 1 09.1970. (a) ROMÃO AMOEDO". E, para que chegue ao conhecimento dos interessados, e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, na forma da Lei. Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos quinze (15) dias do mês de setembro de 1970. Eu, (a) Moacyr Santiago, escrivão, mandei datilografar, subscrevi. (a) ROMÃO AMOEDO, Juiz de Direito.

Confere com o original.

a) Moacyr Santiago

Escrivão

VISTO,

a) Romão Amoêdo

Juiz de Direito

(Ext. — Reg. n. 5075. — Dia 24/9/70)

### COMARCA DA CAPITAL Hasta Pública Judicial

A Doutora Clímenie Bernardete de Araujo Pontes, Juíza de Direito da 8a. Vara da Comarca da Capital do Estado do Pará, etc.

### EDITAIS JUDICIAIS

Faz Saber aos que o presente edital virem ou dêle tiverem conhecimento que no dia catorze (14) do mês próximo (Outubro) às dez horas e quarenta e cinco minutos (10,45), no palacete do Fórum, em a porta da sala de audiências da 8a. Vara irá a público pregão de venda e arrematação o seguinte bem pertencente a Raimundo Leite Pereira na ação executiva que move Antonio Virgino de Aguiar Filho, constante de:

Uma Máquina de Prender Fibras e Algodão, de fabricação da Companhia Mecânica e Importadora de São Paulo e respectiva bomba de marca "Piratiniga", ano de fabricação de 1966 número de fabricação 40.837, acionada por pressão hidráulica (vendida em perfeito estado de conservação e funcionamento avaliada em Cr\$ 15.000,00 (Quinze Mil Cruzeiros). — A máquina acima descrita me foi apontada por um funcionário da Companhia Telefônica de Belém, e encontra-se instalada no depósito da referida Companhia sita à trav. do Chaco número 2069. Quem Pretender arrematar o bem acima descrito deverá

comparecer no local dia e hora acima designados a fim de dar o seu lance ao porteiro dos auditórios, que aceitará o de quem mais oferecer sobre a avaliação.

O Comprador pagará à banca o preço de sua arrematação as comissões do escrivão, porteiro e as respectivas custas e Carta de Arrematação. — E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância, será o presente publicado pela imprensa e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará aos 10 dias do mês de setembro de 1970. Eu Antonio Ismael de Castro Sarmiento, escrevente juramentado no impedimento eventual da escrivã o escrevi.

(a) Dra. CLIMENIE BERNARDETE ARAUJO PONTES, Juíza de Direito da 8a. Vara da Comarca da Capital. (Ext. — Reg. n. 6027 — Dia 24/9/70)

### COMARCA DA CAPITAL HASTA PÚBLICA — PRIMEIRA PRAÇA

A Doutora Italzira Bittencourt Rodrigues, Juíza de Direito da Setima Vara Cível e Comércio da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, etc.



**FAZ SABER** aos que o presente Edital de Hasta Pública, primeira praça, com o prazo de trinta (30) dias, virem ou dêle tiverem conhecimento que, no dia nove (9) do próximo mês de Outubro do corrente ano, às onze (11) horas, no Palacete do Forum, à Praça D. Pedro II, nesta Capital e sala de audiências do Juízo de Direito da 7a. Vara, irá à Público Pregão de venda e arrematação em hasta pública primeira praça, e pelo maior preço que fôr encontrado o imóvel abaixo descrito, penhorado para garantir o pagamento do pedido e demais despesas da Ação Executiva que Comércio e Navegação "SODEMAR" LTDA., firma comercial, estabelecida na cidade de Curitiba, move contra Peixoto Gonçalves Navegação S. A., empresa representada por seu Diretor Presidente Rubens Pereira Bahia, brasileiro, casado, comerciante, estabelecido à Praça Barão de Guajará, 39 (altos); — a saber — Terreno edificado nesta cidade, sito à rua Benjamin Constant, coletado sob o n. 339 do plaqueamento moderno, antigo n. 165, trecho compreendido entre as Ruas Gaspar Viana e 28 de Setembro, medindo 8m,34 de frente por 56m,10 de fundos, confinando de ambos os lados com quem de direito, com as características que seguem — Construção de alvenaria, coberta de telhas tipo brasilete, servida por uma larga porta, piso cimentado, várias divisões c/madeiras, instalações sanitárias, c/paredes revestidas de azulejos até a altura regulamentar, sobre-loja em construção para escritório A referida construção é própria p/indústria. — Avalio em Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros). Quem Pretender arrematar referido bem deverá comparecer no dia, hora e local mencionado, a fim de dar seu lance ao Porteiro dos Auditórios que aceitará o de quem mais oferecer. O Comprador pagará à banca o preço de sua arrematação, as comissões do Porteiro, Escrivão, custas da arrematação e respectiva Carta. — E para que chegue ao conhecimento de todos e os interessados não aleguem ignorância será o presente Edital publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, jornal de grande circulação e afixado no lugar de costume.

Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 26 dias do mês de junho do ano de mil novecentos e setenta. — Eu, Dorina Soares Barata escrivã substituta do Cartório do Quarto Ofício da Comarca da Capital, mandei datilografar e subscrevo.  
a) Italzira Bittencourt Rodrigues  
Juíza de Direito da Setima Vara Penal  
(T. n. 16.429. Reg. n. 5067 —  
Dia — 24.9.70)

## COMARCA DA CAPITAL

## HASTA PÚBLICA

A doutora Clímenie Bernadette de Araújo Pontes, Juíza de Direito da 8a. Vara Cível da Comarca de Belém, Capital do Estado do Pará, República Federativa do Brasil, no exercício do cargo de Juiz de Direito da 7a. Vara, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem ou dêle tiverem conhecimento, que no dia 29 de setembro vindouro, às dez horas, na porta da sala de audiências deste Juízo, no Forum, irá a público pregão de venda e arrematação os bens penhorados na ação executiva que Mesbla S.A., move contra Santos & Carvalho, em obediência a sentença condenatória proferida às fls. 26 dos autos respectivos, e cujos bens são os seguintes: 1 — Três (3) carteiras de aço marca "Silveira", sendo duas com gavetas (7) no estado, avaliadas em Cr\$ 300,00, cada uma; 2 Uma (1) máquina de calcular, marca "Olivetti" elétrica, modelo "Eletrissima", no estado, avaliada em Cr\$ 500,00; 3 Uma (1) máquina de escrever marca "Lexington" com 80 — 100 espaços, no estado, avaliada em Cr\$ 500,00; 4 Ventilador "Arno" de pé, no estado, avaliada em Cr\$ 150,00; 5 Quatro (4) cadeiras tipo "Giroflex", no estado, avaliadas em Cr\$ 400,00; 6 — Uma (1) geladeira pequena, marca "Gelomatic, no estado, avaliada em Cr\$ 200,00. Quem pretender adquirir mencionados bens, deverá comparecer no dia, hora e local mencionados acima, a fim de dar o seu lance ao Portei-

ro dos Auditórios, encarregado do leilão, que aceitará o de quem mais oferecer sobre as avaliações. O comprador pagará à banca o preço de sua arrematação e as comissões de escrivão e porteiro, e a respectiva carta de arrematação. E para que chegue ao conhecimento de quem interessar possa a mencionada praça, deverá o presente Edital ser publicado na IMPRENSA OFICIAL pelo menos uma vez e num dos jornais de maior circulação nesta cidade, por três vezes, sendo a última no dia da praça, e um exemplar deste, afixado na sede deste Juízo no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos vinte e sete dias do mês de agosto de 1970. Eu, Raimundo Nonato de Trindade Filho, escrivão, o escrevi e subscrevi.

(a) Dra. CLIMENIE BERNADETTE DE ARAÚJO PONTES — Juíza de Direito da Oitava Vara Cível, no exercício do cargo de Juiz de Direito da 7a Vara  
(Ext. Reg. n. 5090 — Dia — 24.9.1970)

JUIZO DE DIREITO DA 3a. VARA  
Cartório do 5o. Ofício do Cível  
EDITAL DE PRAÇA

O Doutor Ossian Corrêa de Almeida, Juiz de Direito da 3a. Vara Cível desta Comarca.

**FAZ SABER** aos que o presente edital virem ou dêle tiverem conhecimento, expedido nos autos de Ação Executiva, número 225, em que são partes como Autor Banco da Amazônia S. A. (BASA) e Réu Comércio e Indústria Pires Guerreiro S. A. e outros, que se processa perante este Juízo e Cartório do 5o. Ofício, que atendendo ao que lhe foi requerido pelo Banco de Crédito da Amazônia S. A., e tendo em vista o mais que dos autos consta por despacho proferido aos vinte e nove dias do mês de julho de 1970, autorizou a venda, em Hasta Pública dos bens abaixo descritos com suas respectivas avaliações, pertencentes ao executado Comércio e Indústria Pires Guerreiro S. A. e outros, que serão levados à público pregão de venda e arrematação, e quem mais der, o

maior lance oferecer acima das respectivas avaliações, pelo porteiro dos auditórios ou quem suas vezes fizer, no dia 15 de outubro do corrente, às 10 horas no Forum à porta da Sala deste Juízo, cujos bens estão depositados em mãos do executado no Curtume Maguari, na Rodovia Icoaraci... bens a serem leiloados: — Três (3) máquinas de lustrar couros, de 600 milímetros cada, marca TURNER, as quais avalio em Cr\$ 3.300.000,00 (três milhões e trezentos mil cruzeiros), à razão de Cr\$ 1.100.000,00 (um milhão e cem mil cruzeiros), cada uma; Duas (2) máquinas de amaciar couros, de 1.100 milímetros, marca TURNER, as quais avalio em Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), à razão de Cr\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil cruzeiros), cada uma; Uma (1) máquina de granear couros, de 1.800 milímetros, marca TURNER, a qual avalio em Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros); Uma (1) máquina de descarnar peles, de 1.200 milímetros, marca TURNER, a qual avalio em Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros). Uma (1) máquina de esticar sola, de 1.400 milímetros, marca KRAUSE, a qual avalio em Cr\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de cruzeiros). Uma (1) máquina de laminar sola, de 3.000 milímetros, marca KRAUSE, a qual foi avaliada em Cr\$ 8.000.000,00 (oito milhões de cruzeiros). Uma (1) máquina de descarnar couros de boi de 2.400 milímetros, marca KRAUSE, avaliada em Cr\$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil cruzeiros). Uma (1) máquina de descarnar couros, de 2.700 milímetros, marca KRAUSE, desmontada e sem possibilidade de recuperação, avaliada em Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros), como sucata. As máquinas em referência encontram-se fixadas em base de cimento armado e são movimentadas por um único motor de 225 HP — 1.600 R.P.M. de marca "Atlas Imperial". Importa a presente avaliação em Cr\$ 41.500.000,00 (quarenta e hum milhões e quinhentos mil cruzeiros) OBS: — As máquinas constantes do presente edital, estão em pleno funcionamento, apesar de apresentarem as-



de bastante uso. E, para que chegue ao conhecimento dos interessados e ninguém possa alegar ignorância, mandou expedir o presente edital, que será fixado na sede deste Juízo, no lugar de costume, e por cópia publicado pela Imprensa uma vez no Órgão Oficial e três vezes em jornal local, devendo a primeira publicação ser feita com antecedência, pelo menos de dois dias e a terceira no dia da venda, ou se não for publicada no jornal, no da edição anterior, na forma da Lei Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos três dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta. Eu, Raimundo Nonato da Trindade Filho, escrivão que o Autógrafo e subscrevi.

Dr. Ossian Corrêa de Almeida  
Juiz de Direito da Terceira Vara  
Cível e Comércio

(Ext. — Reg. n. 5076 — Dia  
24.9.70)

#### JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE ABAETETUBA

##### Edital de Praça

A Doutora Maria Helena Couceiro Simões, MM. Juíza de Direito da Comarca de Abaetetuba, Estado do Pará, etc...

Faz Saber a todos quantos o presente Edital de Praça com o prazo de Vinte (20) dias, virem ou dele conhecimento tiverem, que no dia Vinte e Dois (22) de Outubro de Mil Novecentos e Setenta (1970), às Dez (10) horas, à porta principal da Sala do Fórum local, situado à Praça Francisco Azevedo Monteiro, o Oficial de Justiça, que estiver servindo de porteiro dos auditórios, levará a público pregação de venda e arrematação, a quem mais der e maior lance oferecer, acima da avaliação de Cr\$ 14.000,00 (quatorze mil cruzeiros), o seguinte bem penhorado da Executada FIRMA COMERCIAL M. SILVA & CIA., na Ação Executiva movida por Nahon Irmao Comércio S. A., representada por Janir Nery, a saber: — Imóvel situado à Rua Siqueira Mendes, nesta cidade, que mede (6,50m.) seis metros e cinquenta centímetros de frente, por (25,30m.)

vinte e cinco metros e trinta centímetros de fundos, contendo uma construção de prédio com dois pavimentos, todo de alvenaria de tijolos, estilo moderno, contendo o andar térreo quatro compartimentos, estado ainda em fase de construção, devidamente transcrito no Registro de Imóveis desta Comarca, no Livro 3—C Fls. 99, sob o número de ordem 2.901, em 10.4.1968. Dos Autos não consta nenhum recurso pendente de decisão e os bens descritos estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, conforme Certidão do Registro de Imóveis de fls. E para que ninguém alegue ignorância, mandou expedir o presente, que será publicado e afixado na forma da Lei Dado e passado nesta cidade de Abaetetuba e Cartório do Segundo Ofício, aos dezoito dias do mês de setembro de 1970. Eu, Oreneci Pimentel Coutinho, escrivão, escrevi e subscrevi.

MARIA HELENA COUCEIRO SIMÕES — Juíza de Direito.

(Ext. — Reg. n. 6023 — Dia  
24.9.70).

#### PROTESTO DE LETRAS

##### — EDITAL —

Faço saber por este edital a Sabino Mota Vanziler, estabelecido nesta cidade, que foi apresentado em meu Cartório, à Trav. Campos Sales, 184 — 1o. andar, da parte do Banco do Estado de São Paulo S. A., para apontamento e protesto, por falta de aceite e pagamento, a duplicata de Conta Mercantil n. 18573, no valor de hum mil setenta e cinco cruzeiros e setenta e três centavos ..... (Cr\$ 1.075,73), vencida em ..... 04.08.70, por Vv. Ss., não aceita, a favor de Colorado S. A. — Mercantil e Industrial, e os intimo e notifico ou a quem legalmente os representem, para pagar ou dar a razão porque não pagam a dita duplicata de conta Mercantil, ficando Vv. Ss., cientes desde já de que o protesto respectivo será lavrado e assinado dentro do prazo legal. Belém, 16 de setembro de 1970.

a) Isa Veiga de M. Corrêa  
Oficial do Protesto de  
Letras — 1o. Ofício

(Ext. Reg. n. 5077—Dia—24.9.70)

##### — EDITAL —

Faço saber por este edital a Bessolanda S. A. — Com. e Ind. Agricultura, estabelecida nesta cidade, que foram apresentadas em meu Cartório, à Trav. Campos Sales, 184 — 1o. andar, da parte do Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A., para apontamento e protesto, por falta de pagamento, as duas (2) duplicatas de conta Mercantis n. 4569—D/C e 4569—D/D, no valor de setecentos cruzeiros cada uma (Cr\$ 700,00), vencidas em 25.7.70 e 25.8.70, por Vv. Ss., aceita, a favor de Imaço S. A. — Ind. Com. e Rep. de Móveis de Aço, e os intimo e notifico ou a quem legalmente os representem, para pagar ou dar a razão porque não pagam as duas Duplicatas de Contas Mercantis, ficando Vv. Ss., cientes desde já de que os protestos respectivos serão lavrados e assinados dentro do prazo legal. Belém, 17 de setembro de 1970.

a) Isa Veiga de M. Corrêa  
Oficial do Protesto de  
Letras — 1o. Ofício  
(Ext. Reg. n. 5078—Dia—24.9.70)

##### — EDITAL —

Faço saber por este edital a J. Chene & Cia., estabelecida nesta cidade, que foi apresentada em meu Cartório, à Trav. Campos Sales, 184 — 1o. andar, da parte do Banco do Brasil S. A., para apontamento e protesto, por falta de aceite e pagamento, a Duplicata de conta Mercantil n. 42.136/B, no valor de oitocentos e trinta e seis cruzeiros e setenta e três centavos (Cr\$ 836,73), vencida em 10.8.70, por Vv. Ss., não aceita, a favor de Malas Weber S. A. — Ind. e Com., e os intimo e notifico ou a quem legalmente os representem para pagar ou dar a razão porque não paga a dita duplicata de conta Mercantil, ficando Vv. Ss., cientes desde já de que o protesto respectivo será lavrado e assinado dentro do prazo legal. Belém, 16 de setembro de 1970.

a) Isa Veiga de M. Corrêa  
Oficial do Protesto de  
Letras — 1o. Ofício  
(Ext. Reg. n. 5079—Dia—24.9.70)

##### — EDITAL —

Faço saber por este edital a Creuza Araújo Linhares, estabelecida nesta cidade, que foi apresentada em meu Cartório,

à Trav. Campos Sales, 184 — 1o. andar, da parte do Banco da Amazônia S. A., para apontamento e protesto, por falta de pagamento, a duplicata de conta Mercantil n. 4119 no valor de duzentos e nove cruzeiros (Cr\$ 209,00), vencida em ..... 30.8.70, por Vv. Ss., aceita, a favor de R. Santos S. A. — Indústria e Comércio, e os intimo e notifico ou a quem legalmente os representem, para pagar ou dar a razão porque não paga a dita duplicata de conta mercantil, ficando Vv. Ss., cientes desde já de que o protesto respectivo será lavrado e assinado dentro do prazo legal. Belém, 16 de setembro de 1970.

a) Isa Veiga de M. Corrêa  
Oficial do Protesto de  
Letras — 1o. Ofício  
(Ext. Reg. n. 5080—Dia—24.9.70)

#### PUBLICAÇÃO DE PROTESTO

Saibam quantos virem a esta publicação, que Moyses Borges Viana, por seu procurador judicial, que este assina que tendo Elzira Pinheiro de Miranda, e outros, mandado proceder particularmente uma demarcação em terras situada no rio Merui no município e comarca de Igarapé-Miri, pelo Engenheiro Agrônomo Raimundo Nonato de Souza Campos, carteira n. 369 registrada no Estado do Ceará, vem o dito postulante por seu procurador acima dito, protestar por analogia, a dita demarcação, por não ser uma coisa legal e com efeito jurídico, de vez que a mesma invadiu terras devidamente legal e registrada por Pedro Maria Viana e sua Mulher Clemência Viana no ano de 1970, em cujas terras o mesmo já vinha exercendo senhorio há mais de 60 anos quando herdou de seus pais, mansa e pacificamente continuando essa posse e nas mãos dos seus herdeiros, ou seja seus filhos sem oposição alguma, até quando Elzira Pinheiro Miranda e seu enteado João Corrêa de Miranda, maliciosamente através de métodos escusos e através de benefícios de política que antes da bendita revolução, beneficiava os mais fortes que liam pela mesma cartilha da corrupção, e por entre paredes, faziam requeri-



mentos e retiravam títulos provisórios sem que o Secretário de Terras antes da lei de 1966 e seu complemento de janeiro de 1967, mandasse verificar se de fato eram terras devolutas.

O nosso protesto visa salvaguardar terras particulares como faz na ação demarcatória já intentada na Comarca de Igarapé-Miri, onde se lê o título de posse bem esclarecido. E para que chegue ao conhecimento das autoridades constituídas, judiciais e extra-judiciais faz-se esta publicação, que serve ao mesmo tempo contestação para efeito judicial, apesar de ser dita demarcação um mero processo administrativo. Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, em 18 de setembro de 1970, prazo legal para esta publicação.

(a) Manoel Afonso Lobato  
(T. n. 16436 — Reg. n. 6022 — Dia 24.9.70)

#### ALTERAÇÃO DE NOME — PARA FINS COMERCIAIS

O doutor Raimundo das Chagas, Juiz de Direito da 4ª. Vara Cível e Privativa de Registros Públicos da Comarca da Capital do Estado do Pará, etc.

Faz saber que por parte do senhor Antônio da Silva Veiga, brasileiro, casado, industrial e comerciante, residente e domiciliado nesta cidade, está se processando regularmente a alteração do nome do registro, para fins comerciais, para: Antônio Pereira da Silva Veiga, como sócio a ser admitido na sociedade comercial denominada "A. Pereira & Cia. Ltda.", estabelecida nesta praça da rua de Santo Antônio, Edifício Antônio Veiga, grupo 310.

E para que se não alegue ignorância, mandou expedir o presente edital, que será publicado na forma legal devida e afixado no lugar de costume. Passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 15 de setembro de 1970. Eu, José de Lima Sampaio, escrivão o subscreevi.

O Juiz de Direito  
(a) Raimundo das Chagas  
(Ext. Reg. n. 5091 — Dia 24.9.1970)

#### PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: — Nilson Sacramento dos Santos e Elisabeth das Graças de Jesus, ele filho de Zacarias Sacramento dos Santos e de Maria Sacramento dos Santos. ela filha de Ana das Neves de Jesus, solteiros: — Manoel Maria do Carmo Ferreira e Jacira de Lins Ribeiro, ele filho de Francisco Silva Ferreira e de Narcisa Carmina Ferreira, ela filha de Raimundo Ernesto Ribeiro e de Sofia de Lins Ribeiro, solteiros: — João Dias e Lucideia Gomes de Almeida, ele filho de Laura Dias, ela filha de Armando Moraes Almeida e de Maura Gomes Almeida, solteiros: — Valdemir Bernardo e Lucinda Júlia Pereira Coêlho, ele filho de Paula Nery Bernardo, ele filho de José Coêlho Filho e de Joaquina Rosa Pereira Coêlho, solteiros: — Carlos Alberto Santiago e Florinda Luísa Pereira de Oliveira, ele filho de João Vicente Santiago e de Ana Paula Santiago, ela filha de Francisco Pereira de Oliveira e Cassilda Pereira de Oliveira, solteiros: — José Francisco do Nascimento e Margarida dos Santos Miranda, ele filho de Luiza Josefa da Conceição, ela filha de Joaquim Pinto dos Santos e de Inácia Evangelista Santos, solteiros: — Eneas Lator Barbosa e Maria Emília Nunes Ventura, ele filho de Manoel Barbosa e Palmira Lator Barbosa, ela filha de Antonio Nunes da Silva e de Rita Ventura da Silva, solteiros: — Antonio Gibes dos Santos e de Clarinda Soares dos Santos, ela filha de Elpidio Pinto Barbosa e de Raimunda Pan-

toja Pinto, solteiros: — Pedro Paulo de Melo Bastos e Elaine Therezinha de Brito Zaluth, ele filho de Joaquim Pedro Virgolino Bastos e de Onelde de Domingos Salim Jacob Zaluth e de Nair Rodrigues de Caldas Brito Zaluth, solteiros.

Apresentaram os documentos exigidos por lei se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de di-

reito. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 22 de setembro de 1970. E eu, Edith Puga Garcia, escrevente juramentada, assino.

(a) Edith Puga Garcia

(T. n. 16426 — Reg. n. 5095 — Dia — 24.9.1970)

#### PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar as seguintes pessoas: — Milton Barbosa Bentes e Maria de Lourdes Costa Mendonça, ele filho de Pedro Viana Bentes e de Olga Barbosa Bentes, ela filha de Severiano Ferreira de Mendonça e de Geradina Costa Mendonça, solteiros: — Sérgio Benedito Puget Mergulhão e Elielza Cunha Pereira Pinto, ele filho de Antonio Eulálio Mergulhão e de Agilberta Puget Mergulhão, ela filha de Nilo Cordeiro Pereira Pinto e de Maria de Nazaré da Cunha Pereira Pinto, solteiros: — Rubens Riqueira e Maria José Bezerra, ele filho de José Fláudio Riqueira e de Maria Martins Riqueira, ela filha de Angelo Rodrigues Bezerra e de Ana Gonçalves Bezerra, solteiros: — Paulo André Barata e Ana Matilde Pinheiro Kahwage, ele filho de Ruy Guilherme Paratininga Barata e de Norma Soares Barata, ele filho de Jorge Suleiman Kahwage e de Matilde Pinheiro

Kahwage, solteiros: — Hilton de Jesus Leite Brito e de Ana Maria Cardoso, ele filho de João de Brito e de Benedita Costa Leite ela filha de Lindalva Cardoso, solteiros: — Ademar Mendes da Silva e Neicla Pereira Feitosa, ele filho de Pedro Mendes da Silva e de Francisca Nogueira de Albuquerque e ela, filha de Fausto de Moraes Feitosa e de Nair Pereira Feitosa, solteiros: — José de Souza Silva e Altair Garcia de Mendonça, ele filho de Francisco Apolinário da Silva e de Creuza de Souza Silva, ela filha de João Mendonça e de Durvalina Garcia de Mendonça, solteiros: — Antonio Pinto e Maria Clara Aires Tavares, ele filho de Raimundo Nonato Pinto e de Rita Geralda Pinto e ela filha de Ateclino Tavares e de Adorcelina Aires Tavares, solteiros: — Eldonor Câmara Pinheiro e Nezlida Aleixo Garcia, ele filho de José Pinheiro Filho e de Rosa Câmara Pinheiro ela filha de Domingos Monteiro Garcia e de Prudencia Aleixo Garcia, solteiros.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma se alguém souber de impedimentos, denuncie-os para fins de direito. Dado e passado nesta cidade de Belém, aos 22 de setembro de 1970. E eu, Edith Puga Garcia, escrevente juramentada, assino.

EDITH PUGA GARCIA

(T. n. 15427 — Dia — 24.9.1970 Reg. n. 5096.)

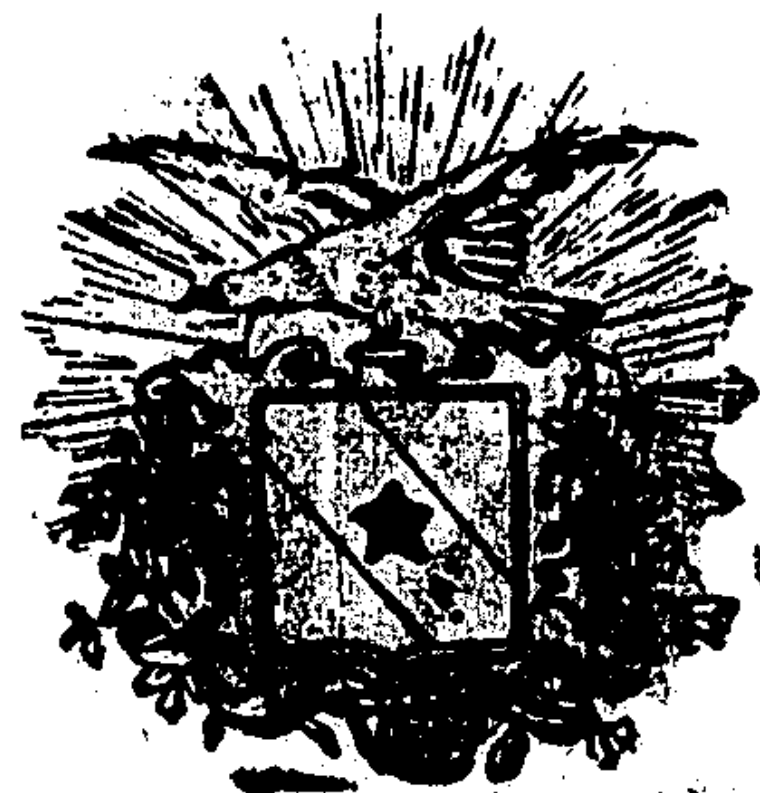
Lei N 5 349 que altera artigos

"Da Prisão Preventiva"

DIÁRIO a venda no arquivo da

Imprensa Oficial.





*República Federativa do Brasil*  
ESTADO DO PARÁ

# Diário da Assembleia

ANO XX

BELEM — QUINTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1970

NUM. 1.802

## Assembleia Legislativa do Estado

Ata da segunda Sessão Especial do Quarto Período da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa, realizada em dez de setembro de mil novecentos e setenta.

Aos dez dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e setenta, nesta Cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às dezessete horas e quarenta minutos, no Salão de Sessões da Assembleia Legislativa, Edifício da Municipalidade, presentes os Senhores Deputados Abel Figueredo, Alfredo Coêlho, Alfredo Cantuss, Amyntor Cavalcante, Antonino Rocha, Antônio Amaral, Antônio Guerreiro, Arnaldo Prado, Brabo de Carvalho, Carlos Oliveira, César Franco, Dário Dias, Eládio Lobaio, Eulálio Mergulhão, Francisco Lobato, Freitas Filho, Gerson Peres, Gonçalo Duarte, João Augusto, João Reis, Jorge Arbace, Júlio Aguiar, Mário Queiroz, Nicolino Campos, Simpliciano Medeiros, Victor Paz, Alvaro Freitas, Chermont Júnior, Fernando Barros, Gurjão Sampaio, Massud Ruffeil, Santino Corrêa e Vicente Queiroz, o Senhor Presidente Deputado Abbas Arruda, secretariado pelos Senhores Deputados Antônio Teixeira e Lourenço Lemos, verificando haver número legal, e depois de citar

o preceito Regimental, declarou abertos os trabalhos. Não havendo Expediente para ser lido, nem cradores inscritos, o Senhor Presidente declarou encerrada essa parte dos trabalhos, passando à PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados feito uso da palavra para apresentação de Projeto de Lei, Projeto de Resolução ou Emenda Constitucional, nem havendo matéria em pauta para essa parte dos trabalhos, o Senhor Presidente passou à SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA, submetendo à discussão o Processo número duzentos e sessenta e sete barra sessenta e oito, constantes das razões do veto Governamental ao Projeto de Lei, de autoria do Senhor Deputado Eulálio Mergulhão, tendo a designação de Batalhão Fontoura e Batalhão Pereira, aos Batalhões de Polícia e de Guardas, respectivamente, pertencentes à Polícia Militar do Estado, tendo usado da palavra o Senhor Deputado Eulálio Mergulhão, que leu o seu discurso, estendendo o ponto de vista de que esta Assembleia Legislativa em igualdade de condições também pode legislar sobre matéria dessa natureza, que não é de competência exclusiva do Poder Executivo. O Senhor Deputado

Vicente Queiroz usou da palavra para ressaltar a posição do Movimento Democrático Brasileiro, contrário à aceitação do veto. O Senhor Deputado Gerson Peres, pela ordem, requereu a presidência que os trabalhos fossem prorrogados por trinta minutos, o que foi aprovado pelo Plenário, tendo a seguir usado da palavra o Senhor Deputado Brabo de Carvalho, que defendeu o veto governamental, e o direito de esta Assembleia Legislativa aprová-lo. O Senhor Presidente comunicou ao Plenário que havia começado o período de prorrogação. Não havendo mais nenhum Senhor Deputado feito uso da palavra para discutir o processo, o Senhor Presidente anunciou que ia passar à fase de votação, tendo usado da palavra para encaminhá-la ao Senhor Deputado Eulálio Mergulhão, que pediu fosse rejeitado o veto. Os Senhores Deputados Nicolino Campos e Chermont Júnior, designados pelos respectivos líderes de bancada, examinaram a cabine indevassável e a urna, declarando-as legal. O Senhor Primeiro Secretário procedeu à chamada nominal dos Senhores Deputados presentes para a votação, tendo ao final o Senhor Presidente inquirido se todos haviam feito uso do

direito do voto. Os Senhores Deputados Alfredo Coêlho e Alvaro Freitas, designados pelos líderes das suas bancadas, acompanharam, juntamente com os Senhores Primeiro e Segundo Secretários, a contagem das sobrecartas, tendo o Senhor Primeiro Secretário comunicado ao Senhor Presidente que votaram trinta e cinco Senhores Deputados. Feita a apuração dos votos, o Senhor Primeiro Secretário comunicou ao Senhor Presidente que havia dezoito votos SIM, quatorze NAO e dois em BRANCO, tendo o Senhor Presidente comunicado ao Plenário que havia sido mantido o veto governamental ao Projeto de Lei. O Senhor Presidente encerrou a sessão às dezenove horas e dez minutos, antes convocando os Senhores Deputados para a sessão do dia seguinte, à hora regimental. Foi lavrada a presente Ata, que depois de lida e aprovada pelo Plenário será assinada pelos Membros da Mesa. Sala das Sessões da Assembleia Legislativa do Estado do Pará, em dez de agosto de mil novecentos e setenta. (aa) — Presidente: Deputado Abbas Arruda; Secretários: Deputado Antônio Teixeira e Deputado Lourenço Lemos. (G. Res. nº 14.096)





República Federativa do Brasil  
ESTADO DO PARÁ

# Tribunal de Contas

BELÉM — QUINTA-FEIRA, 24 DE SETEMBRO DE 1970

Presidenta: Dra. EVA ANDERSEN PINHEIRO

## RESOLUÇÃO N. 3.515 (Processo n. 16.088)

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 24 de março de 1970

### RESOLVE:

Unanimemente aprovar, nos termos do Art. 81 parágrafo 10. da Constituição Política do Estado, o seguinte Parecer Prévio, exarado no Processo n. 16.088, pelo Exmo. Sr. Conselheiro Sebastião Santos de Santana, Relator, referente às contas apresentadas a este Tribunal pelo Sr. José Kleber Beliche, Prefeito Municipal de Tucuruí, relativa ao exercício financeiro de 1968.

"Parecer Prévio às contas da Prefeitura Municipal de Tucuruí e referente ao exercício financeiro de 1968.

Versam os presentes autos sobre a prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Tucuruí, de responsabilidade do sr. José Kleber Beliche e referente ao exercício financeiro de 1968.

Instruiu o presente feito o Auutor Dr. José Tadeu Sales, que em relatór'o final, é pela aprovação. E-ilo:

"Condensam os autos a prestação de contas da Prefeitura Municipal de Tucuruí relativamente ao exercício financeiro de 1968.

As contas estão distribuídas em seis volumes sob o n. 16.088, e estão representadas pelos balancetes trimestrais com seus respectivos comprovantes, orçamento, créditos adicionais abertos no exercício, transferências de dotações, e balanços gerais de exercício.

A instrução do processo foi regular, após parecer final dos órgãos técnicos e da douta Procuradoria.

A movimentação das contas pode ser resumida da seguinte forma: —

### Orçamento

O orçamento municipal está representado na lei n. 604, de 22/12/67, cadastrada neste Tribunal de Contas através Resolução n. 2.713, de 6.12.68.

### Créditos Suplementares

| lei autorizadora | Decreto de abertura | Valor     | Cadastrado no T.C., Resolução |
|------------------|---------------------|-----------|-------------------------------|
| n. data          | n. data             |           | n. data                       |
| 604 22/12/67     | 5/68 12/07/68       | 15.400,00 | Conf. Res. 2794               |
| 612 22/12/67     | 11/68 14/10/68      | 4.000,00  | Conf. Res. 2794               |

Observações: — Muito embora não tenha sido devidamente cadastrado o crédito suplementar no valor de NCr\$ 4.000,00 obedecer integralmente o disposto na Lei n. 4.320, de 17.3.64; enquanto que o crédito no valor de NCr\$ 15.400,00, em alguns itens ultrapassasse o limite de 25% da dotação, havendo mesmo sido suplementado o item Início da Construção do Trapiche Municipal, para o qual não havia dotação específica no orçamento.

### Créditos Especiais

| lei autorizada | Decreto de abertura | Valor    | Cadastrado no T.C., Resolução |
|----------------|---------------------|----------|-------------------------------|
| n. data        | n. data             |          | n. data                       |
| 607 12/07/68   | 6/68 12/07/68       | 800,00   | Conf. Res. 2794               |
| 608 12/07/68   | 7/68 12/07/68       | 1.663,80 | Conf. Res. 2794               |
| 609 14/10/68   | 8/68 14/10/68       | 1.500,00 | Conf. Res. 2794               |
| 610 14/10/68   | 9/68 14/10/68       | 620,00   | Conf. Res. 2794               |
| 611 14/10/68   | 10/68 14/10/68      | 6.000,00 | Conf. Res. 2794               |
| 613 14/10/68   | 12/68 14/10/68      | 2.500,00 | Conf. Res. 2794               |
| 614 14/10/68   | 13/68 14/10/68      | 1.800,00 | Conf. Res. 2794               |

A Receita foi prevista em NCr\$ 83.000,00 e a Despesa fixada em NCr\$ 88.976,00, consignando a lei orçamentária permissão para abertura de créditos suplementares até o limite de 25% de cada dotação.

### Créditos Adicionais

No decurso do exercício foram abertos os seguintes créditos adicionais:

15.400,00, em alguns itens ultrapassasse o limite de 25% da dotação, havendo mesmo sido suplementado o item Início da Construção do Trapiche Municipal, para o qual não havia dotação específica no orçamento.

### Crédito Extraordinário

| lei autorizada | Decreto de abertura | Valor     | Cadastrado no T.C., Resolução |
|----------------|---------------------|-----------|-------------------------------|
| n. data        | n. data             |           | n. data                       |
| 4/68 13/03/68  |                     | 12.000,00 | Res. 2651 19/11/68            |

Observações — Muito embora não tenham sido cadastrados os créditos especiais acima relacionados preencheram os requisitos da Lei Federal n. 4.320, de 17.3.64.

Quanto ao crédito extraordinário devidamente cadastrado sob a condição do sr. Prefeito comunicar ao Poder Legislativo ou, se já o feito, apresentar a devida comprovação, esclarecemos não existir nos autos prova de que foi cumprida essa exigência.

### Execução Orçamentária

A execução orçamentária, demonstrada no Balanço Orçamentário, evidencia que houve superavit na arrecadação da Receita, prevista em NCr\$ 83.000,00 e arrecadada em NCr\$ 123.171,92.

Esse superavit foi devido sobretudo a uma maior arrecadação das seguintes receitas:

Receita Patrimonial

Receitas de Capital

A despesa fixada no orçamento foi de NCr\$ 88.976,00 tendo sido abertos no exercício crédito suplementar no valor de NCr\$ 19.400,00 extraordinários de NCr\$ 12.000,00 e especiais de NCr\$ 14.883,80 perfazendo uma autorização total de NCr\$ 135.259,80.

A despesa realizada foi de NCr\$ 110.032,23 foi inferior a autorização legal de NCr\$ 135.259,80 demonstrando uma economia de NCr\$ 13.139,69 sobre a despesa autorizada.

Essa economia foi devido sobretudo à contenção nos recursos destinados a:

Governo e Administração Geral  
Educação e Cultura e Ser-



vícios Urbanos

como se infere do quadro comparativo da Despesa autorizada com a realizada, de fls. 29 volume VI.

C. Resultado econômico do exercício foi positivo e pode ser assim demonstrado:

|  | NCR\$      |
|--|------------|
| Receita arrecadada                                   | 123.171,92 |
| Despesa realizada                                    | 110.032,23 |
| (superavit)  | 13.139,69  |
| O Balanço financeiro evidencia o seguinte resultado: |            |
|  | NCR\$      |
| Receita Orçamentária                                 | 123.171,92 |
| Receita Extraorçamentária                            | 60.569,69  |
| Saldo do Exercício anterior                          | 15.402,91  |
| Despesa orçamentária                                 | 110.032,23 |
| Despesa extraorçamentária                            | 55.614,45  |
| Saldo para o exerc. de 1969                          | 33.497,83  |
|  | 199.144,51 |

Como se pode verificar, a Receita camertária foi de NCR\$ 123.171,92 e a Despesa orçamentária de NCR\$ 110.032,23 demonstrando a existência de superavit orçamentário de NCR\$ 13.139,69.

A Receita Extraorçamentária consistiu das seguintes contas:

|                  |                 |
|------------------|-----------------|
| Depósitos        | NCR\$ 12.000,00 |
| Outras operações | 48.569,68       |

A Despesa extraorçamentária foi de NCR\$ 55.614,45 e está assim representada:

|                  |                 |
|------------------|-----------------|
| Restos a Pagar   | NCR\$ 15.601,00 |
| Outras operações | 40.012,55       |

Os Restos a Pagar liquidados no exercício atingiram a um total de NCR\$ 15.601,90.

Observações: — Não foram transferidos para o SMER os 5% da Receita Tributária e houve uma entrada de quotas do Fundo Rodoviário Nacional no valor de Cr\$ 4.917,11, porém não houve transferência das mesmas, segundo consta no Questionário preenchido pela Secção de Tomada de Contas às fls. 54 do VI Volume.

Foram aplicados 50% do Fundo de Participação dos Municípios em Despesas de Capital.

Os comprovantes que integram a prestação de contas estão corretos e revestem-se das exigências legais como se infere do parecer da Secção de Tomada de Contas às fls. 54 do volume VI.

O Resultado financeiro do

exercício permitiu a transferência de um saldo de NCR\$ 33.497,83 para o exercício de 1969 assim representado:

|                   |                 |
|-------------------|-----------------|
| Caixa             | NCR\$ 22.193,82 |
| Bancos e Corresp. | 11.304,01       |
|                   | 33.497,83       |

#### Situação Patrimonial

O Balanço Patrimonial do município demonstra um Ativo de 163.026,65. O Ativo Permanente está constituído dos seguintes bens.

|              |                |
|--------------|----------------|
| Móveis       | NCR\$ 4.273,95 |
| Imóveis      | 115.232,49     |
| de Nat. Ind. | 8.238,78       |
|              | 127.745,22     |

A inscrição dos Bens relacionados coincide com o demonstrado no Inventário apenso aos autos.

O Passivo municipal é de NCR\$ 23.448,79 e está assim representado.

|                  |                |
|------------------|----------------|
| Restos a Pagar   | NCR\$ 2.891,66 |
| Depósitos        | 12.000,00      |
| Outras operações | 8.557,13       |
|                  | 23.448,79      |

O valor lançado nos Restos a Pagar não coincide com o apurado na demonstração da Divida Flutuante, fls. 70 do volume VI, pois muito embora coincida com o valor lançado pela Prefeitura diverge do encontrado por este Tribunal. O Resultado apurado no Balanço Patrimonial consiste em Ativo Real Líquido, demonstrando a regularidade com que se processou a gestão administrativa.

**Prazo de Remessa dos Balanços**  
Os balanços finais do exercício foram remetidos a este Tribunal em 12.03.1969, tendo aqui chegado somente em 25.3.69.

#### Parecer da Procuradoria

O parecer da d. Procuradoria às fls. 77 do volume VI é favorável à aprovação das contas em exame desde que o sr. Prefeito apresente à Câmara de Vereadores "razões que sejam capazes de justificar e esclarecer os aspectos acima indicados" que são além de alguns detalhes contábeis, os aspectos referentes à incorreção das transferências para o SMER e não transferência dos 5% da receita tributária para a mesma autarquia.

#### Conclusão

A vista do exposto e mais o que dos autos, esta Auditoria manifesta-se favoravelmente à aprovação das contas ora em

exame, ficando, entretanto o sr. Prefeito Municipal ao seguinte:

a) Dar inteiro cumprimento ao disposto na Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964, no que diz respeito à abertura de créditos adicionais;

b) Prestar esclarecimentos à Câmara Municipal sobre a causa das irregularidades observadas no Serviço Municipal de Estradas de Rodagem, justificando convenientemente essa falta.

É o que nos cumpre relatar. Os Órgãos Técnicos deste Tribunal tem seus pronunciamentos às fls. dos autos.

O Dr. Sub.Procurador, manifestou-se às fls. 77, pela aprovação.

Sou favorável a aprovação destas contas, devendo no entanto o Sr. Prefeito Municipal de Tucuruí, dar os esclarecimentos solicitados pela Sub.Procuradoria à Câmara Municipal daquele Município e posteriormente, comunicar a este Tribunal.

**Voto do Exmo. Sr. Conselheiro Mário Nepomuceno de Sousa:**  
"Impedido de votar, nos termos da Secção I, letra D, do Regimento Interno".

**Voto do Exmo. Sr. Conselheiro Emílio Uchôa Lopes Martins:**  
"De Acôrdo".

**Voto do Exmo. Sr. Conselheiro Elias Naif Daibes Hamouche:**  
"De acôrdo"

**Voto do Exmo. Sr. Conselheiro Clóvis Silva de Moraes Rêgo:**  
"De acôrdo".

**Voto da Exma. Sra. Conselheira Presidenta:** "De acôrdo".

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de março de 1970.

**Eva Andersen Pinheiro**  
Conselheira Presidenta  
**Sebastião Santos de Santana**  
Relator  
**Mário Nepomuceno de Sousa**  
Impedido de Votar  
**Emílio Uchôa Lopes Martins**  
**Elias Naif Daibes Hamouche**  
**Clóvis Silva de Moraes Rêgo**  
Fui presente: Dr. José Octávio Dias Mescouto — Procurador  
(G. — Reg. n. 5890).

#### RESOLUÇÃO N. 3.516 (Processo n. 17.891)

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 24 de março de 1970.

Considerando o despacho do Exmo. Sr. Conselheiro Sebastião Santos de Santana — Relator.

#### RESOLVE:

Unanimemente deferir o cadastramento do Crédito Especial de NCR\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta cruzeiros novos) em favor da firma F. Valério & Cia. autorizado pela Resolução n. 04/69 e aberto pela Resolução n. 05/69, ambas de 26.12.69, remetido através ofício n. 290/69, de 26.12.69 pela Sra. Maria Stella Soares de Brito, Diretora Presidente da Fundação do Bem Estar Social do Pará.

Sala das sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de março de 1970.

**Eva Andersen Pinheiro**  
Conselheira Presidenta  
**Sebastião Santos de Santana**  
Conselheiro Relator  
**Mário Nepomuceno de Sousa**  
**Emílio Uchôa Lopes Martins**  
**Elias Naif Daibes Hamouche**  
**Clóvis Silva de Moraes Rêgo**  
Fui presente: Dr. José Octávio Dias Mescouto — Procurador  
(G. — Reg. n. 5891).

#### RESOLUÇÃO N. 3.517 (Processo n. 17.758)

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 24 de março de 1970.

Considerando o despacho favorável do Exmo. Sr. Conselheiro Emílio Uchôa Lopes Martins — Relator.

#### RESOLVE:

Unanimemente, deferir o cadastramento do Contrato de Empreitada, celebrado entre o Departamento de Águas e Esgotos e a firma COMAB — Construtora Marabá S/A., para execução das Obras e fornecimento de materiais, à implantação do sistema de esgotos sanitários, para a Colônia de Leprosos do Prata, localizado no Município de Igarapé-Açu, remetido através ofício n. 359/69, de 16.12.69, pelo Eng. Lourival de Oliveira Bahia, Assistente Técnico responsável pela Diretoria Geral do DAE.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 24 de março de 1970.

**Eva Andersen Pinheiro**  
Conselheira Presidenta  
**Emílio Uchôa Lopes Martins**  
Conselheiro Relator  
**Mário Nepomuceno de Sousa**  
**Sebastião Santos de Santana**  
**Elias Naif Daibes Hamouche**  
**Clóvis Silva de Moraes Rêgo**  
Fui presente: Dr. José Octávio Dias Mescouto — Procurador  
(G. — Reg. n. 5892).



**RESOLUÇÃO N. 3.519**  
(Processo n. 18.368)

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 03 de abril de 1970.

Considerando o despacho favorável do Exmo. Sr. Conselheiro Emílio Uchôa Lopes Martins — Relator.

**RESOLVE:**

Unanimemente, deferir o cadastramento do Contrato de empréstimo para financiamento que entre si fazem o Montepio dos Funcionários Públicos do Estado do Pará e a CONTERPA — Construções Terraplanagem e Pavimentação S.A., para construção de cem (100) unidades residenciais no terreno de propriedade do Montepio, localizado na Av. Almirante Barroso.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 03 de abril de 1970.

Eva Andersen Pinheiro  
Conselheira Presidenta

Emílio Uchôa Lopes Martins  
Conselheiro Relator

Sebastião Santos de Santana  
Mário Nepomuceno de Sousa  
Elias Naif Dalbes Hamouche  
Fui presente: Dr. Asdrúbal Mendes Bentes — Sub-Procurador

(G. — Reg. n. 6691).

**RESOLUÇÃO N. 3.520**  
(Processo n. 18.251)

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 03 de abril de 1970

Considerando o despacho favorável do Exmo. Sr. Conselheiro Elias Naif Dalbes Hamouche — Relator

**RESOLVE:**

Unanimemente, deferir o cadastramento do Termo Aditivo ao Contrato, celebrado entre o Montepio dos Funcionários Públicos do Estado do Pará e a firma A.F. Coelho Construções e Comércio S/A., para concessão de empréstimo pelo primeiro ao segundo, para construção de cento e doze (112) apartamentos à Avenida Almirante Barroso, nesta Capital.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 03 de abril de 1970.

Eva Andersen Pinheiro  
Conselheira Presidenta  
Elias Naif Dalbes Hamouche  
Conselheiro Relator  
Mário Nepomuceno de Sousa  
Sebastião Santos de Santana  
Emílio Uchôa Lopes Martins  
Fui presente: Dr. Asdrúbal Mendes Bentes — Sub-Procurador

(G. — Reg. n. 6692).

**RESOLUÇÃO N. 3.523**

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 07 de abril de 1970.

Considerando o Decreto Lei n. 186, de 24.03.70, que instituiu o Código de Vencimentos dos Militares da Polícia Militar do Estado, dispõe sobre indenizações, proventos outros direitos e de outras providências.

Considerando que as reformas só tem validade após publicação no Diário Oficial o que se efetue depois do julgamento das mesmas pelo Plenário deste Tribunal.

Considerando a proposição do Exmo. Sr. Conselheiro Emílio Uchôa Lopes Martins, constante da Ata n. 1.607, de 07.04.70.

**RESOLVE:**

Determinar que os Processos relativos as reformas ainda em tramitação neste Tribunal, após audiência da Procuradoria, sejam devolvidas ao Departamento do Serviço Público, para reatificação dos proventos, face o Decreto Lei n. 186, de 24.03.70, bem como as diligências reclamadas no Processo pelo Ministério Público, se for o caso.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 07 de abril de 1970.

Emílio Uchôa Lopes Martins  
Vice-Presidente no exercício eventual da Presidência.  
Mário Nepomuceno de Sousa  
Sebastião Santos de Santana  
Elias Naif Dalbes Hamouche

(G. — Reg. n. 6693).

**RESOLUÇÃO N. 3.524**

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 07 de abril de 1970.

Considerando a comunicação da Secretaria de Estado de Saúde Pública através ofício n. 400/70, de 10.04.70 (Doc. protocolado sob o n. 969, às fls. 379 do Livro n. 4).

**RESOLVE:**

Unanimemente conceder a funcionária Célia Conceição Forte Cavalcante, Contadora deste Tribunal, quarenta e cinco (45) dias de licença em prorrogação, para tratamento de saúde, de conformidade com o art. 98 da Lei n. 749, de 24.12.53 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado e dos Municípios), a partir de 16.03.70.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 07 de abril de 1970.

Emílio Uchôa Lopes Martins

Vice-Presidente no exercício eventual da Presidência.

Mário Nepomuceno de Sousa  
Sebastião Santos de Santana  
Elias Naif Dalbes Hamouche

(G. — Reg. n. 6694).

**RESOLUÇÃO N. 3.525**

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 10 de abril de 1970.

**RESOLVE:**

Unanimemente registrar a Variação Patrimonial da Declaração de Bens apresentada pelo Senhor Rubens Nogueira de Azevedo, Coletor Nível 4, Administrador, em comissão da Mesa de Rendias do Estado, em Alenquer.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 10 de abril de 1970.

Eva Andersen Pinheiro  
Conselheira Presidenta  
Mário Nepomuceno de Sousa  
Sebastião Santos de Santana  
Emílio Uchôa Lopes Martins  
Elias Naif Dalbes Hamouche

(G. — Reg. n. 7558).

**RESOLUÇÃO N. 3.526**  
(Processo n. 18.232)

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 14 de abril de 1970.

Considerando o despacho favorável do Exmo. Sr. Conselheiro Clóvis Silva de Moraes Rêgo — Relator.

**RESOLVE:**

Unanimemente deferir o cadastramento do Termo Aditivo ao Contrato celebrado entre o Montepio dos Funcionários Públicos do Estado do Pará e a CONTERPA — Construções, Terraplanagem e Pavimentação S/A., para construção de cento e doze (112) apartamentos à Avenida Almirante Barroso, nesta Capital.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 14 de abril de 1970.

Eva Andersen Pinheiro  
Conselheira Presidenta  
Clóvis Silva de Moraes Rêgo  
Conselheiro Relator

Sebastião Santos de Santana  
Emílio Uchôa Lopes Martins  
Elias Naif Dalbes Hamouche

Fui presente: Dr. José Octávio Dias Mesquita — Procurador  
(G. — Reg. n. 7559).

**RESOLUÇÃO N. 3.527**

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em sessão de 14 de abril de 1970.

**RESOLVE:**

Unanimemente, registrar a Variação Patrimonial da Declaração de Bens apresentada pelo Exmo. Sr. Elias Naif Dalbes Hamouche, Conselheiro deste Tribunal.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em 14 de abril de 1970.

Eva Andersen Pinheiro  
Conselheira Presidenta

Sebastião Santos de Santana  
Emílio Uchôa Lopes Martins

Clóvis Silva de Moraes Rêgo  
Fui presente: Dr. José Octávio Dias Mesquita — Procurador  
(G. — Reg. n. 7560).

**COLEÇÃO DE DECRETOS-LEIS,**  
1969, 1970

3 volumes encadernados.  
À venda na Imprensa Oficial  
Preço: Cr\$ 30,00